

RELATÓRIO ANUAL NUCLEOS | 2009



O melhor capital que se pode ter no mercado de investimento: confiança, expertise e responsabilidade.

A SulAmérica Investimentos é uma das maiores e mais confiáveis gestoras independentes de recursos do País.

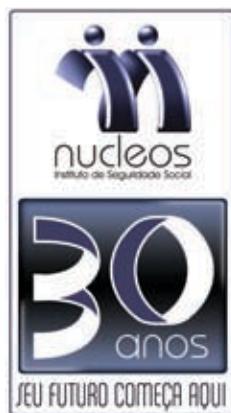
Classificada pela Standard & Poor's como AMP-1 Very Strong*, a melhor classificação na escala de ratings da agência, a SulAmérica Investimentos tem mais de 16 bilhões de reais em ativos sob sua gestão.

Com um rigoroso controle de risco, processos bem definidos e equipe qualificada que não perde o foco buscando as melhores estratégias mesmo em momentos de instabilidade, a SulAmérica Investimentos vem ganhando cada vez mais o reconhecimento do mercado e dos clientes. Sua associação com o ING proporciona maior visão global, além de disponibilizar a experiência internacional da maior administradora de recursos do mundo. E tudo isso com um só objetivo: trazer sempre melhores resultados e nenhum aborrecimento para você.

SulAmérica Investimentos. Se aborrecer pra quê?



Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação de performance dos Fundos de Investimento, é recomendável a análise de um período de, no mínimo, 12 meses. *AMP-1 (Muito Forte): classificação atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros (AMP – Asset Management Practices), publicada pela Standard & Poor's ao mercado em 6/7/2009. Mais informações podem ser obtidas no site www.standardandpoors.com.br



RELATÓRIO ANUAL NUCLEOS | EXERCÍCIO DE 2009

Este relatório foi produzido com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.

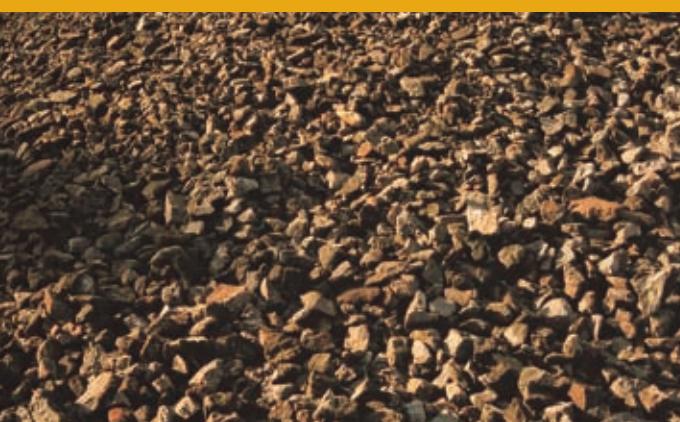




Conquistas em 2009 e metas para 2010

Ao celebrar em 2009 três décadas de existência, o Nucleos concluiu uma etapa importante de ajustes dos processos de gestão iniciada a partir de agosto de 2005. A conclusão deste processo exigiu dos dirigentes do Instituto esforço acentuado, dada a complexidade dos assuntos em pauta: sob uma visão macro, era preciso assegurar a todos — participantes, assistidos e as patrocinadoras — um crescimento consistente do patrimônio. Isso só foi possível mediante um trabalho eficaz dos órgãos estatutários, inclusive com adoção de estratégias para eliminar atividades que poderiam comprometer no futuro o patrimônio do Instituto. Por consequência, em 2009, várias ações corretivas e ajustes finos foram implementados, o que denota uma administração transparente e atenta à legislação aplicável.

Apesar do sentimento de missão cumprida para o exercício de 2009, principalmente porque a rentabilidade dos investimentos foi superior à meta atuarial (rentabilidade mínima esperada no cálculo dos compromissos assumidos pela entidade de previdência privada com os seus participantes), nosso grande desafio para o ano de 2010 é o equacionamento do déficit apurado, sem a necessidade de aumento das contribuições, no final do ano. Por isso, a seguir, nas “páginas amarelas”, através de uma entrevista com os três membros da Diretoria Executiva, descreveremos os fatos relevantes de 2009 e algumas das perspectivas para o exercício de 2010.



SUMÁRIO

8 ADMINISTRAÇÃO

10 ENTREVISTA

15 INFORMAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES
DO REGULAMENTO E A ATUALIZAÇÃO DO
CONVÊNIO DE ADESÃO DOS PATROCINADORES

16 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

26 GESTÃO PREVIDENCIAL

1. Patrocinadores
2. Participantes Ativos
3. Adesão por Plano
4. Participantes Assistidos
5. Recursos Coletados
6. Despesas com Pagamentos de Benefícios
7. Avaliação Atuarial



36

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

1. Breve Histórico do Mercado Financeiro em 2009
2. Composição da Carteira de Investimentos
3. Rentabilidade dos Investimentos
4. Análise de Risco
5. Custos com Administração dos Investimentos

53

DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS

56

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

81

PARECERES

- Auditores Independentes
Atuarial
Conselho Fiscal
Manifestação do Conselho Deliberativo



ADMINISTRAÇÃO

Pastilhas de UO_2 - Marcelo Correa

NÚCLEOS 30 ANOS | 88



Constituído em 22/12/78 e com início de suas operações em 01/09/79, o Nucleos é uma entidade fechada de previdência complementar e tem como patrocinadores, além do próprio Instituto, as seguintes empresas: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep.

EFETIVOS

- ▶ **Maria Aparecida da Silva**
Presidente – Nuclep
- ▶ **Paulo César da Rocha Dantas**
INB
- ▶ **Ronaldo Walter Carvalho de Oliveira**
Eletronuclear
- ▶ **José de Mello Vilella**
Eleito pelos Participantes – INB
- ▶ **Maria Cristina Gomes**
Eleita pelos Participantes – (assistida)
- ▶ **Paulo Sérgio Poggian**
Eleito pelos Participantes - Nuclep

SUPLENTES

- ▶ **Clezio dos Santos Oliveira**
Nuclep
- ▶ **Nelson Ramos Nogueira Filho**
INB
- ▶ **Armindo D'Ascenção Silva**
Eletronuclear
- ▶ **Roberto Dias Saraiva**
Eleito pelos Participantes – INB
-
- ▶ **Carlos Fernandes**
Eleito pelos Participantes - Eletronuclear

EFETIVOS

- ▶ **Luiz Henrique Finkel**
Presidente - Eleito pelos Participantes - Eletronuclear
- ▶ **Jorge Francisco Virginio de Souza**
Nuclep
- ▶ **Gilberto da Silva Campos**
INB
- ▶ **Elizabeth Taveira Ramos**
Eleita pelos Participantes - INB

SUPLENTES

- ▶ **João Calixto Neto**
Eleito pelos Participantes - Eletronuclear
- ▶ **Everaldo Guedes Reis**
Nuclep
- ▶ **Fernando Cesar Braz Teixeira**
INB
- ▶ **Aluizio Borges**
Eleito pelos Participantes - (assistido)

- ▶ **Norman Victor Walter Hime**
Presidente

- ▶ **Luiz Claudio Levy Cardoso**
Diretor Financeiro
- ▶ **Mário Jorge de Lima Soares**
Diretor de Benefícios - Eleito pelos participantes

- ▶ **Carlos Fernandes**
Coordenador - Representante do Conselho Deliberativo - Eletronuclear
- ▶ **George Furtado Brito**
Membro indicado pelo Conselho Deliberativo - (assistido)
- ▶ **Paulo Sergio Poggian**
Representante do Conselho Deliberativo - Nuclep
- ▶ **Clezio dos Santos Oliveira**
Membro indicado pelo Conselho Deliberativo - Nuclep

- ▶ **Martinho Duarte Filho**
Vice-coordenador - Membro indicado pelo Conselho Deliberativo - (assistido)
- ▶ **Nelson Ramos Nogueira Filho**
Representante do Conselho Deliberativo - INB
- ▶ **Paulo Roberto Ribeiro Barbosa**
Membro indicado pelo Conselho Deliberativo - INB

Observação: os diretores do Nucleos participam como membros efetivos do Comitê Consultivo de Investimentos.

ENTREVISTA



Luiz Claudio Levy Cardoso, Norman
Victor Walter Hime e Mário Jorge de Lima
Soares - Diretores Executivos do Nucleos.



foto: Américo Vermelho

“ As principais metas
foram atingidas no
ano de 2009. ”

ENTREVISTA

Como a economia brasileira influenciou os resultados do Nucleos, em 2009?

Levy - Após a crise econômica de 2008, o mundo, o Brasil e, por consequência, também o Nucleos experimentaram um período de relativa estabilidade. A recuperação gradual das perdas econômicas e financeiras, que abalaram as grandes economias com graves reflexos globais, fez com que o ano de 2009 tivesse início, meio e fim marcados por algumas oscilações, mas numa tendência ascendente.

Assim, graças a uma gestão profissional, objetiva e transparente, fechamos o exercício com uma evolução positiva e consistente do patrimônio, superando a marca de R\$ 1,2 bilhão. A carteira de investimentos do Instituto cumpriu o seu papel obtendo uma rentabilidade de 16,20%, equivalente a 156,40% do mínimo atuarial, apesar da perda de R\$ 22 milhões contabilizados como provisão das debêntures da Ulbra, esclarecendo que esse investimento foi efetivado nos anos de 2003 e 2004. Apesar da boa rentabilidade alcançada, a mesma não foi suficiente para fazer frente à atualização das provisões matemáticas (que refletem as obrigações do Nucleos para com os seus participantes), pelo que, o Instituto contabilizou, em 2009, um déficit de R\$ 99 milhões.

Com relação aos órgãos estatutários, quais as mudanças ocorridas?

Norman - No exercício de 2009, o Instituto regulamentou, desenvolveu e concluiu o processo de eleição do seu diretor de Benefícios (a partir da aprovação, em março, pela Secretaria de Previdência Complementar — SPC, da nova redação do Estatuto). Ao cumprir as



“

O primeiro desafio é a solução da dívida remanescente da patrocinadora Nuclep, o que trará maior tranquilidade para os participantes, assistidos e patrocinadoras. Vamos envidar esforços no sentido de resolver de forma definitiva a questão.

Norman Victor Walter Hime

etapas preliminares previstas no regulamento eleitoral, foi vencedor o candidato Mário Jorge de Lima Soares. O processo transcorreu de forma transparente e democrática. Já com relação ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva, ocorreram as seguintes mudanças: Luiz Claudio Levy Cardoso — que ocupava os cargos de presidente e de diretor de Benefícios — foi nomeado diretor Financeiro; eu, que ocupava o cargo de presidente do conselho, fui nomeado presidente do Nucleos; a conselheira representante da Nuclep, Maria Aparecida da Silva, foi eleita presidente do Conselho Deliberativo; por fim, foram indicados pelas patrocinadoras, dois novos conselheiros, Paulo Dantas e Ronaldo Oliveira, representantes da INB e da Eletronuclear, respectivamente. Por sua vez, dois membros do Conselho Fiscal foram substituídos, em processo eleitoral. São eles: Elizabeth Taveira Ramos e Luiz Henrique Finkel, este último, atualmente, ocupante do cargo de presidente do colegiado.

No tocante aos avanços nos procedimentos e controles internos, quais foram os fatos mais importantes?

Norman - Um deles foi a recertificação pela Norma ISO 9001:2008, conquista resultante do comprometimento do quadro funcional do Instituto com a qualidade e a transparência dos processos de gestão. Afora isso, aperfeiçoou-se o quadro funcional mediante a prática de remuneração condizente com o mercado. Aliado a estas medidas, promoveu-se uma atualização do parque tecnológico, o que significou uma redução das despesas administrativas.

No segundo semestre, ocorreu uma revisão de cálculos nos benefícios de alguns participantes. Qual era o objetivo da medida?

Mário Jorge - Importante registrar, inicialmente, que uma revisão de benefícios decor-

“
O segundo desafio é a manutenção e, até mesmo, superação dos patamares de rentabilidade gerados pela nossa carteira de investimentos no ano de 2009.

Luiz Claudio Levy Cardoso



re da necessidade de estrita observância das regras regulamentares e, consequentemente, da legislação pertinente. Somente com atos desta natureza é que se pode ter certeza de que as reservas constituídas serão suficientes para a garantia das obrigações assumidas. O objetivo da medida, portanto, é o interesse da coletividade e o respeito ao contrato previdenciário (regulamento).

ENTREVISTA

“

(...) uma revisão de benefícios decorre da necessidade de estrita observância das regras regulamentares e, consequentemente, da legislação pertinente.

Mário Jorge de Lima Soares



Em setembro de 2009, o Nucleos completou três décadas de existência. O que significa essa conquista?

Norman - Foi um ano particularmente feliz e especial. Chegamos ao final de 2009 com muita confiança na solidez da nossa entidade, na expectativa da preservação do objetivo de todos os participantes, por uma aposentadoria tranquila.

Levy - A rentabilidade da carteira de investimentos demonstra sua capacidade de, juntamente com a gestão eficiente dos benefícios contratados, garantir um presente e um futuro melhor para todos nós.

Mário Jorge - Participar do processo de criação, evolução e amadurecimento do Nucleos é uma honra imensurável. Ao longo desses trinta anos, originalmente como funcionário da INB, posteriormente do Nucleos, membro do seu Comitê Consultivo de Investimentos, do Conselho Deliberativo e, agora, como diretor eleito, vejo os anseios dos ativos e dos assistidos se concretizarem. Como assistido, sinto-me tranquilo, tanto por confiar na gestão atual, quanto por vivenciar a minha própria aposentadoria.

Quais os dois principais desafios para o ano de 2010?

Norman - O primeiro desafio é a solução da dívida remanescente da patrocinadora Nuclep, o que trará maior tranquilidade para os participantes, assistidos e patrocinadoras. Vamos envidar esforços no sentido de resolver de forma definitiva a questão, cuja discussão judicial encontra-se pendente de apreciação final pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Estamos convictos de que a Nuclep comunga desse interesse e que uma solução satisfatória para todos será alcançada em breve.

Levy - O segundo desafio é a manutenção e, até mesmo, superação dos patamares de rentabilidade gerados pela nossa carteira de investimentos no ano de 2009. A conjugação de uma gestão eficaz e transparente dos recursos com a segurança das operações norteará nossos esforços.

INFORMAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO E A ATUALIZAÇÃO DO CONVÊNIO DE ADESÃO DOS PATROCINADORES

No ano de 2009, o corpo técnico do Nucleos deu continuidade aos processos de alteração do regulamento do Plano Básico de Benefícios – PBB e de atualização do convênio de adesão.

O objetivo precípuo destas ações foi o atendimento à legislação que rege as entidades fechadas de previdência privada, principalmente a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, a Instrução SPC nº 15, de 18 de janeiro de 2007, a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, e a Resolução CGPC nº 27, de 29 de setembro de 2008.

Busca-se, ainda, uma adaptação da nomenclatura dos textos atuais aos termos da legislação em vigor, bem como a observância das estruturações societárias pelas quais passaram os patrocinadores do Nucleos.

Certamente, ao atender à legislação, o Instituto está adotando todas as providências para proteger os interesses dos participantes e assistidos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010





Atividade de soldagem na fábrica da Nuclep – Acervo Nuclep

Informações
relativas à Política
de Investimentos
2010 e Resolução
CMN 3792/09.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010



Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, no dia 24 de setembro de 2009, a Resolução nº 3.792/09, que revogou a Resolução nº 3.456/07 e estabeleceu novos limites e critérios para os investimentos das entidades de previdência complementar. As novas regras possibilitam que haja uma política de investimentos de acordo com uma nova realidade econômica, de taxas de juros mais baixas.

A política de investimentos constitui um instrumento importante da entidade para o gerenciamento dos ativos em face dos passivos previdenciais, orientando todas as demais decisões de macro e microalocação dos recursos de investimentos administrados pelo Nucleos. Devidamente ajustada à legislação, tanto para o Plano Básico de Benefícios como para o Plano de Gestão Administrativa, a política de investimentos foi aprovada pelo Conselho Deliberativo na 147^a reunião ordinária, realizada em 27/11/2009, e publicada no site do Instituto no dia 23/12/2009.

Taxa Mínima Atuarial

Período de Referência	Indexador	Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	6%

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3.792, foi designado o diretor Financeiro como administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ).

Informações Cadastrais do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

- ▶ **Nome:** Luiz Claudio Levy Cardoso
- ▶ **Cargo:** Diretor Financeiro
- ▶ **Telefone para contato:** (21) 3970-3682

Alocação Estratégica

A alocação estratégica significa o referencial de longo prazo (acima de 5 anos) para a gestão de investimentos. Considera a estrutura do passivo do Plano de Benefícios e objetiva proporcionar rentabilidade, no mínimo, equivalente à sua meta atuarial, sem incorrer em risco excessivo. Em outras palavras, é a gestão do ativo com a finalidade de cobertura dos compromissos atuariais.

Simulação do Passivo Atuarial

Com base nas premissas atuariais do Plano Básico de Benefícios, no seu regulamento e na base de dados dos participantes e assistidos, foram simulados fluxos de caixa das obrigações atuariais do plano, as quais foram utilizadas no processo de otimização da carteira de investimentos.

Metodologia de Macroalocação

A metodologia empregada estima o risco atuarial e financeiro através da simulação estocástica do ativo e do passivo do plano de benefícios da entidade.

Os objetivos de alocação que servem como parâmetro de condução dos investimentos são traçados com base em projeções econômicas que refletem as expectativas em relação à evolução de indicadores como taxa de juros, inflação e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A tabela abaixo apresenta os valores esperados para os segmentos macroeconômicos utilizados no estudo.

O estudo de Asset Liability Management (ALM) utilizou dois cenários econômicos: (i) cenário base – expectativas do mercado (fonte: Andima, BM&F, para a curva de juros real e nominal, inflação e PIB); (ii) cenário alternativo – projeções macroeconômicas da Consultoria Tendências e da pesquisa Focus (Banco Central).

Cenário	Juros			Crescimento	
	1 ano	3 anos	10 anos	Inflação	PIB
Atual	9,0%	11,4%	12,0%	4,1%	-0,4%
Longo Prazo	7,9%	8,1%	8,3%	3,5%	4,1%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

Limites de Alocação dos Recursos

A tabela a seguir apresenta a alocação estratégica do Nucleos para o Plano Básico de Benefícios (PBB) e para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), resultado do estudo de macroalocação para o final de 2010. Além disso, também podem ser observados os limites de realocação permitidos pelo Instituto.

Conforme as oportunidades do mercado, o Nucleos deve realocar seus recursos de acordo com os limites estabelecidos.

Plano Básico de Benefícios (PBB)

Segmento de aplicação	Alocação Estratégica	NUCLEOS		RESOLUÇÃO 3.792	
		limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Renda Fixa	73,40%	60,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	18,30%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	2,40%	0,00%	7,00%	0,00%	20,00%
▶ Fundos de Investimento em Participações	2,40%	0,00%	4,00 %		
▶ Fundos Multimercados	0,00%	0,00%	3,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	3,70%	0,00%	5,00%	0,00%	8,00%
▶ Aluguéis e renda	3,70%	0,00%	5,00%		
▶ Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%		
▶ Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%		
Operações com participantes	2,20%	0,00%	10,00%	0,00%	15,00%
▶ Empréstimos	2,20%	0,00%	10,00%		
▶ Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%		

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Segmento de aplicação	Alocação Estratégica	NUCLEOS		RESOLUÇÃO 3.792	
		limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Renda Fixa	74,50%	60,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	19,40%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	2,40%	0,00%	7,00%	0,00%	20,00%
▶ Fundos de Investimento em Participações	2,40%	0,00%	4,00 %		
▶ Fundos Multimercados	0,00%	0,00%	3,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	3,70%	0,00%	5,00%	0,00%	8,00%
▶ Aluguéis e renda	3,70%	0,00%	5,00%		
▶ Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%		
▶ Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%		

Inovações da Resolução CMN 3792/09

A Resolução CMN nº 3.792 estabeleceu alterações significativas nas regras de enquadramento, como a extinção das carteiras e a criação de dois novos segmentos: investimentos estruturados e investimentos no exterior.

São classificados no segmento investimentos estruturados (art. 20):

"I - as cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações;

II - as cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;

III - as cotas de fundos de investimento imobiliário; e

IV - as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

investimento classificados como multimercado, cujos regulamentos observam exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM."

E são classificados no segmento investimentos no exterior (art.21):

"I - os ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

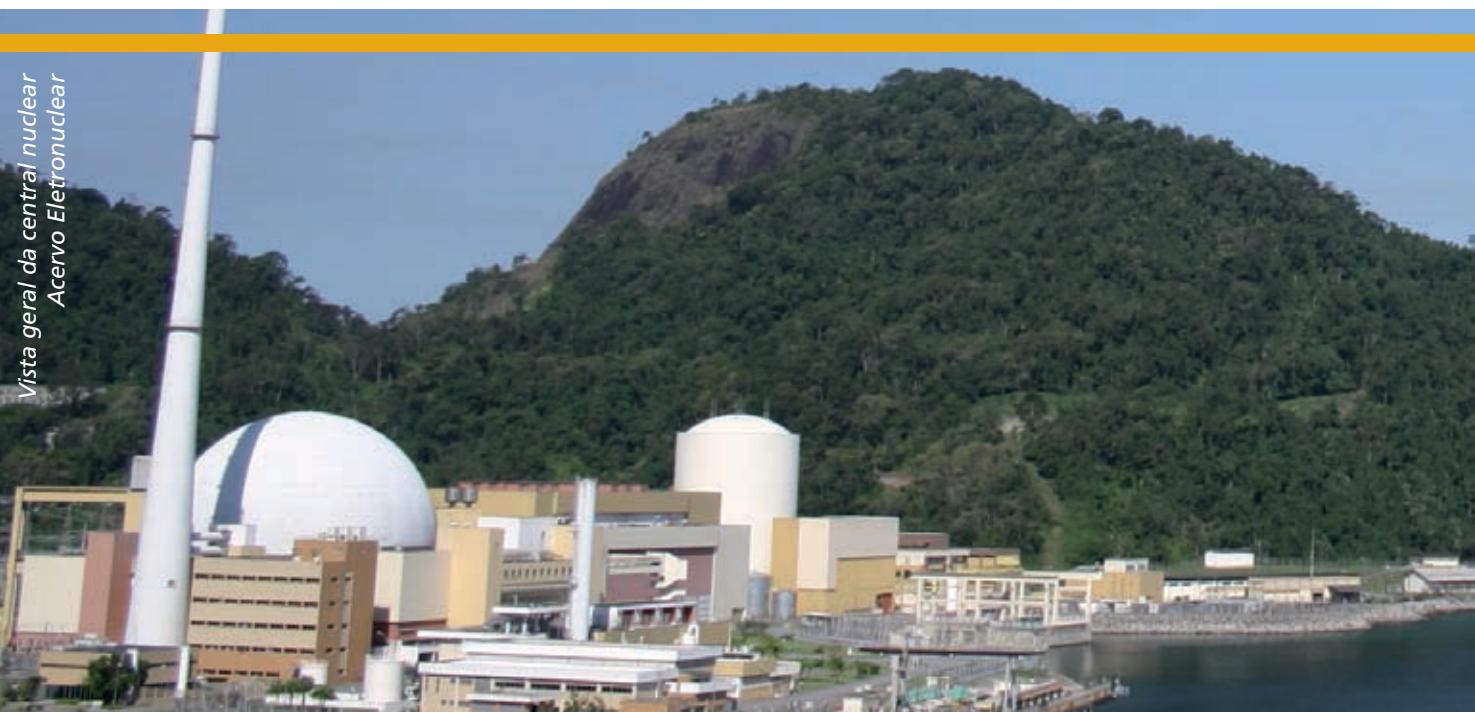
II - as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como dívida externa;

III - as cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;

IV - os certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de companhia aberta ou assemelhada com sede no exterior - Brazilian Depository Receipts (BDR) —, conforme regulamentação estabelecida pela CVM; e

V - as ações de emissão de companhias estrangeiras sediadas no Mercado Comum do Sul (Mercosul)."

A resolução procurou equilibrar as diversas aplicações para um mesmo investimento, isto é, considerou um mesmo risco. Além disso, a revisão na estrutura dos investimentos permitiu eliminar a existência de limites redundantes ou sobrepostos, como era o caso dos limites de alocação por carteiras. Como resultado, ocorreu uma redução no número de limites a monitorar e a possibilidade de uma maior diversificação para os fundos de pensão.



Limites Máximos de Diversificação da Resolução CMN 3792/09

Limite de Alocação por Emissor

Emissor	Comprometimento do PL do plano da EFPC
Tesouro Nacional	100%
Instituição financeira autorizada pelo Banco Central (Bacen)	20%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	10%
Organismo multilateral	10%
Companhia securitizadora	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) ou Fundo de Investimento em Cotas (FIC) de FIDC	10%
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas	10%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	10%
Fundos de Investimento (FI) ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados	10%
Todos os demais	5%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

Limite de Concentração por Emissor

Emissor	Participação da EFPC por Emissor
Do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma mesma SPE	25%
Do capital votante de uma mesma companhia aberta	25%
Do Patrimônio Líquido (PL) de uma mesma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	25%
De fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas	25%
De fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	25%
De fundo de investimento constituído no Brasil que tenha em sua carteira ativos classificados no segmento de investimentos no exterior	25%
De fundo de índice do exterior admitido à negociação em Bolsa de Valores do Brasil	25%
Do patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%

Investimento	Participação da EFPC no Investimento
Uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%
Uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%
Um mesmo empreendimento imobiliário	25%

Certificação de Dirigentes

A aplicação dos recursos dos planos da entidade fechada de previdência complementar (EFPC) requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecido mérito financeiro nacional (art. 8º).

Gestão e Controle de Riscos

Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar e monitorar os riscos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico, e a segregação das funções de gestão, administração e custódia (art. 9º).

O Instituto monitora e controla os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, os riscos legais e operacionais, por meio da consultoria de empresas externas e/ou de sistemas de controles internos.

Risco	Descrição
De Mercado	Decorre de movimentos adversos do valor dos bens relacionados no ativo e das obrigações constantes do passivo de uma organização.
De Contraparte	Perda econômica potencial que uma organização pode sofrer se a contraparte devedora não liquidar sua obrigação financeira no prazo estipulado em contrato.
De Liquidez	Grau de dificuldade para a obtenção de meios de pagamento pela venda de um bem e pela perda de valor que ocorrer.
Legal	Possibilidade de questionamento jurídico e da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Instituição e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais.
Operacional	Possibilidade de perda decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto.

GESTÃO PREVIDENCIAL

Vista geral da central nuclear – Acervo Eletronuclear





Gestão previdencial é a arte de gerir recursos financeiros, arrecadados das patrocinadoras e participantes, observando a segurança, o planejamento, o controle e a transparência, tendo como objetivo pagar os benefícios na forma contratada com os participantes.

GESTÃO PREVIDENCIAL

1. Patrocinadores

O Nucleos – Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares 108 e 109 que foram promulgadas em 29/05/01. Atualmente, reúne os patrocinadores: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, Eletrobrás Termo-nuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep e o próprio Nucleos, que oferecem o Plano Básico de Benefícios a seus empregados, sendo considerada a solidariedade de custos entre todas as empresas.

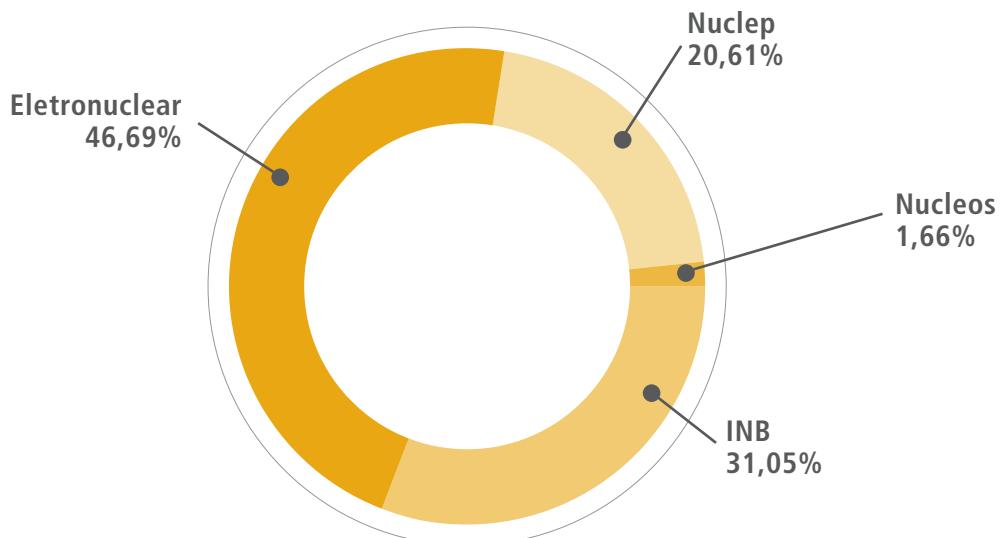
2. Participantes Ativos

Apresentamos a distribuição dos participantes ativos, consolidada em 31 de dezembro de 2009, com as frequências por patrocinador, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

Patrocinador	2008	2009	Variação
INB	838	919	9,67%
Eletronuclear	1.306	1382	5,82%
Nuclep	514	610	18,68%
Nucleos	49	49	0,00%
Total	2.707	2.960	9,35%

Observação: do total de 2.960 participantes em 2009, 42 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos, assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade do patrocinador).

Distribuição de Participantes por Patrocinador:



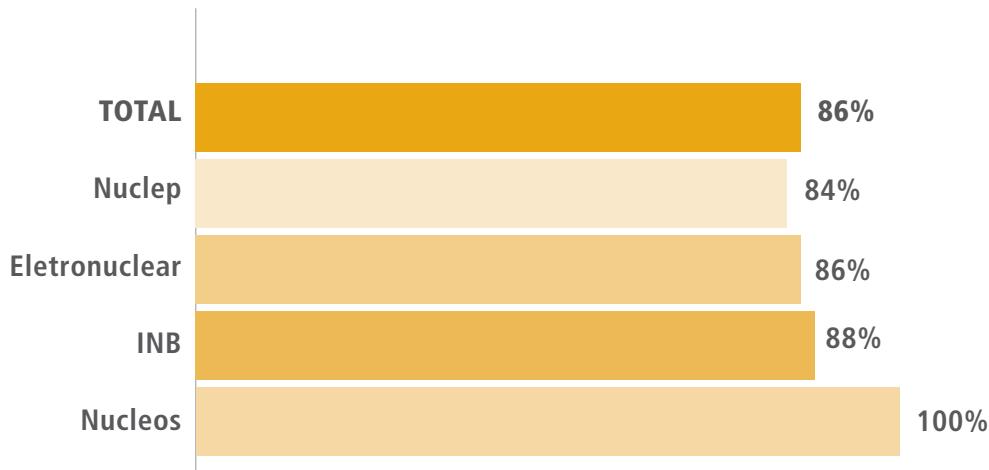
3. Adesão por Plano

Ao analisar o nível de adesão dos funcionários dos patrocinadores ao Plano de Benefícios, temos a seguinte tabela e gráfico em 31/12/09:

Patrocinador	Participantes	Empregados	Adesão
INB	912	1.034	88%
Eletronuclear	1.371	1.602	86%
Nuclep	603	715	84%
Nucleos	32	32	100%
Total	2.918	3.383	86%

Observação: na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 42 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos, assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade do patrocinador).

Distribuição de Participantes por Patrocinador:



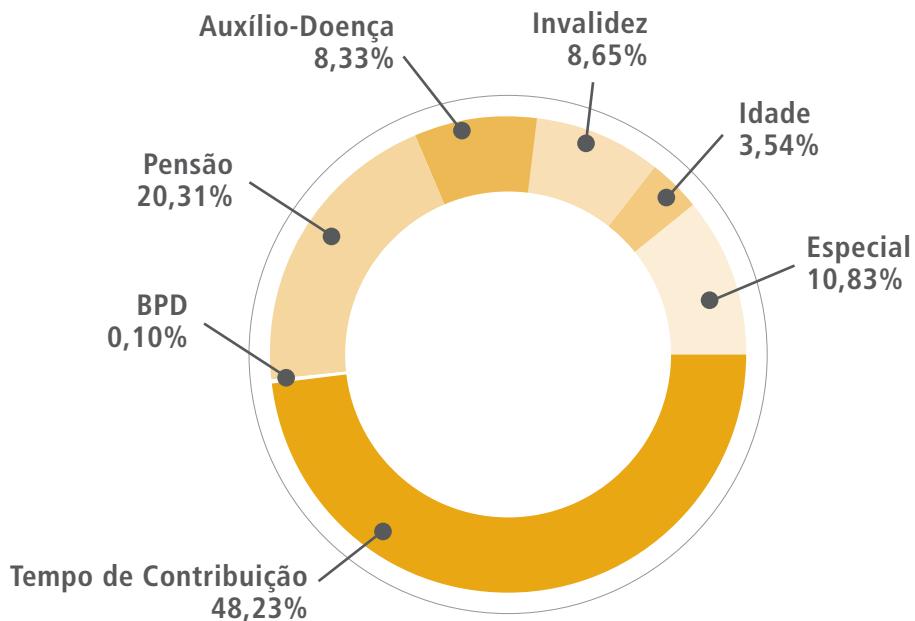
4. Participantess Assistidos

O Nucleos, em 31/12/09 assegurou o pagamento de 960 benefícios, o que corresponde a um aumento de 2% em relação ao ano anterior.

GESTÃO PREVIDENCIAL

Tipo de Benefício	2008	2009	Variação
Tempo de Contribuição	448	463	3%
Especial	106	104	-2%
Idade	32	34	6%
Invalidez	82	83	1%
Auxílio-Doença	95	80	-16%
Pensão	181	195	8%
Benefício Proporcional Diferido - BPD	1	1	0%
Total	945	960	2%

Distribuição de Assistidos por tipo de Benefícios:



5. Recursos Coletados

As receitas previdenciais estão representadas pelo volume anual total e médio mensal das contribuições vertidas para o plano, por participantes e patrocinadores, conforme pode se observar nos quadros a seguir e no gráfico "Receita Média de Contribuição".

Receita de Contribuição – Total no Ano

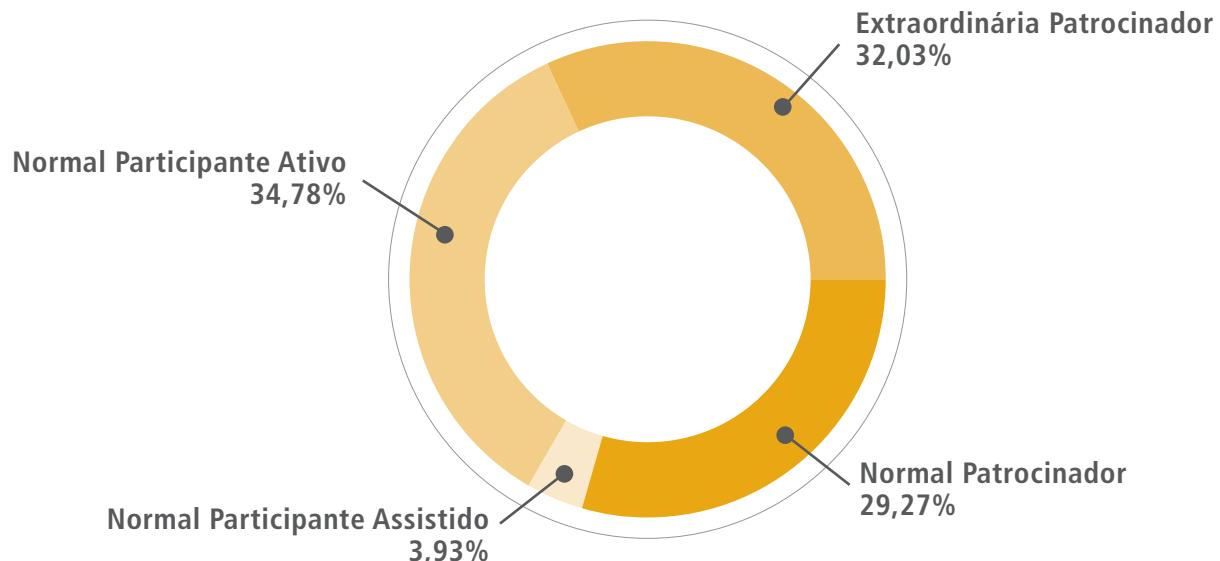
Patrocinador	Origem da Contribuição					Total	
	Normal Participante Ativo	Normal Participante Assistido	Patrocinador				
			Normal	Extraordinária			
INB	2.577.137	597.907	2.115.746	2.338.937	7.629.727		
Eletronuclear	5.647.113	449.409	4.807.854	5.315.037	16.219.413		
Nuclep	2.226.432	126.539	1.877.838	1.976.606	6.207.415		
Nucleos	100.265	18.056	78.713	87.016	284.050		
Total	10.550.947	1.191.911	8.880.151	9.717.596	30.340.605		

Receita de Contribuição – Média Mensal

Patrocinador	Origem da Contribuição					Total	
	Normal Participante Ativo	Normal Participante Assistido	Patrocinador				
			Normal	Extraordinária			
INB	214.761	49.826	176.312	194.911	635.811		
Eletronuclear	470.593	37.451	400.655	442.920	1.351.618		
Nuclep	185.536	10.545	156.486	164.717	517.285		
Nucleos	8.355	1.505	6.559	7.251	23.671		
Total	879.246	99.326	740.013	809.800	2.528.384		

O gráfico a seguir apresenta a proporção da receita de contribuição total em relação ao total de cada uma das origens de contribuição.

Receita Média de Contribuição:



GESTÃO PREVIDENCIAL

6. Despesas com Pagamento de Benefícios

As despesas previdenciais representam o dispêndio com o pagamento dos benefícios. Veja o quadro e o gráfico “Despesa com Pagamento de Benefícios”.

Despesa com Pagamento de Benefícios – Total no Ano

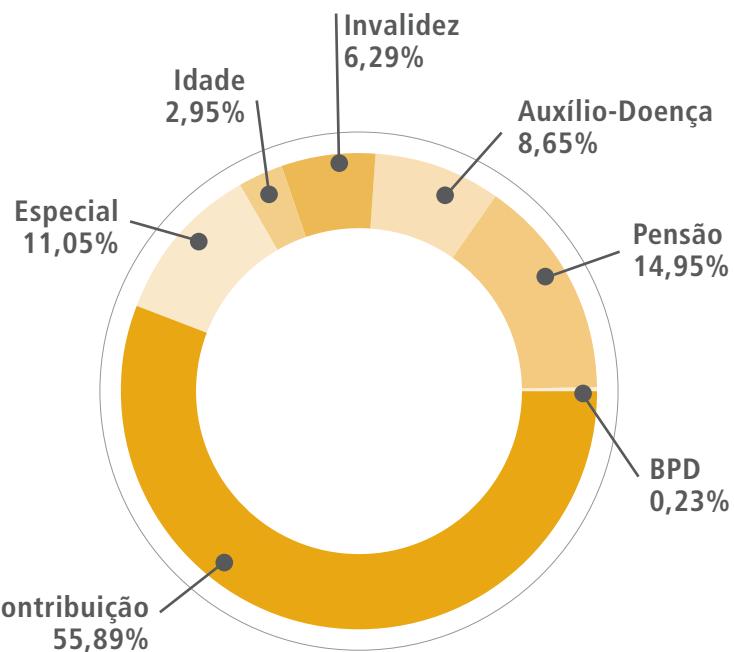
Tipo de Benefício	Despesa
Tempo de Contribuição	12.825.297
Especial	2.535.080
Idade	676.771
Invalidez	1.442.334
Auxílio-Doença	1.984.816
Pensão	3.430.369
BPD	51.774
Total	22.946.442

Despesa com Pagamento de Benefícios – Média Mensal

Tipo de Benefício	Despesa
Tempo de Contribuição	1.068.775
Especial	211.257
Idade	56.398
Invalidez	120.195
Auxílio-Doença	165.401
Pensão	285.864
BPD	4.315
Total	1.912.203

O gráfico a seguir apresenta a proporção da despesa média total de pagamento de benefícios em relação à despesa por cada tipo de benefício.

Despesa Média com Pagamento de Benefícios - Média Mensal:



7. Avaliação Atuarial

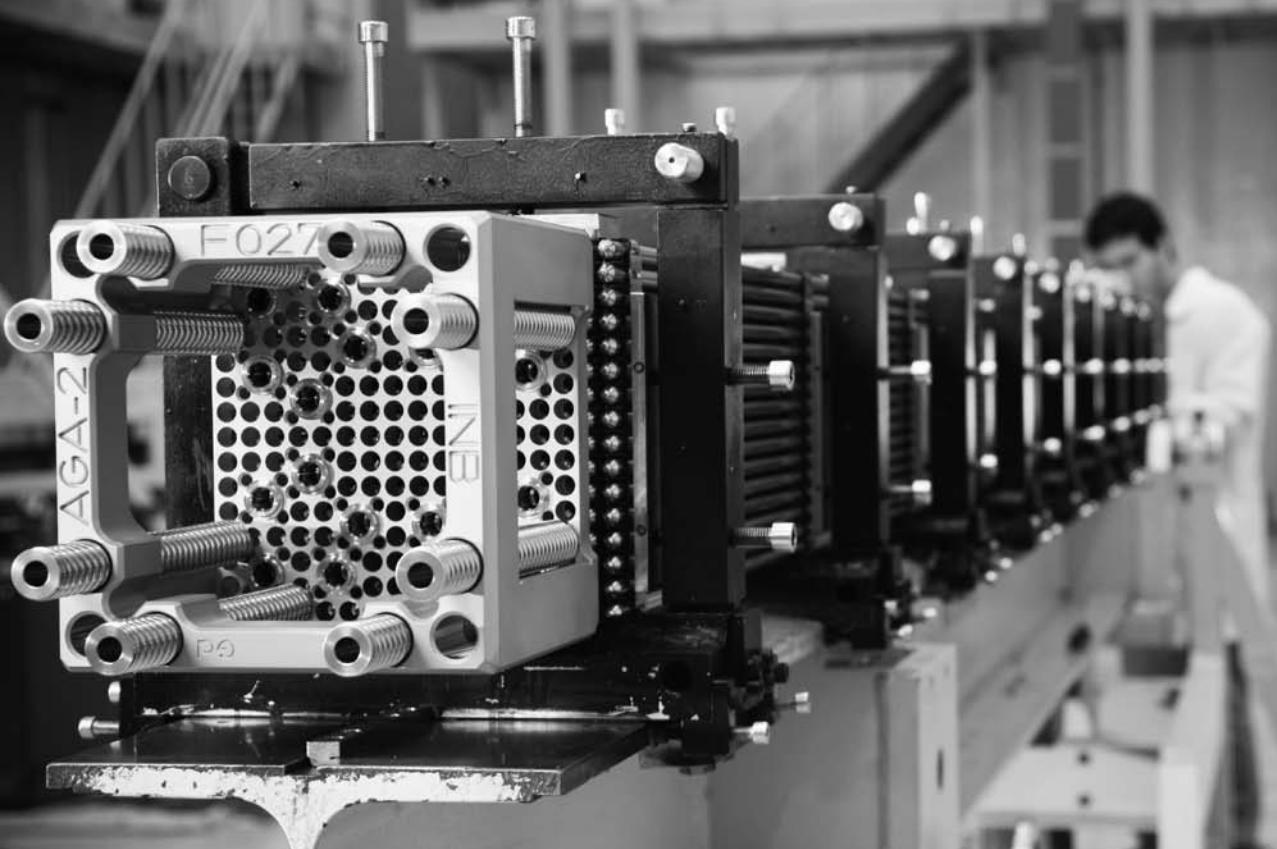
A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano de Benefícios. Esse valor, denominado de Provisão Matemática, pode ser referente aos benefícios já concedidos (PMBC) ou a conceder (PMBAC).

PMBC - Valor que a Entidade deve ter no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir os benefícios dos participantes que recebem benefício.

PMBAC - Valor que a Entidade deve ter no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir o benefício futuro dos participantes que contribuem para o plano.

Montagem do Combustível Nuclear - Marcelo Correa



GESTÃO PREVIDENCIAL

7.1 - Premissas utilizadas na Avaliação Atuarial:

As premissas atuariais utilizadas na avaliação de 2009 estão em consonância com os preceitos estabelecidos na Resolução nº 18 do CGPC, de 28/03/2006, e, comparativamente à reavaliação realizada em 2008, estão sintetizadas no quadro a seguir:

Premissa Atuarial	Avaliação Atuarial	
	2009	2008
1. Bases Biométricas		
▶ 1.1 Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 para assistidos e para ativos	AT-2000 para assistidos e AT-83 para ativos
▶ 1.2 Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49	AT-49
▶ 1.3 Tábua de Entrada em Invalidez	A. Vindas	A. Vindas
▶ 1.4 Hipótese sobre composição familiar	95% dos participantes ativos possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem); pensionistas: composição familiar informada; aposentados: caso estado civil casado ou companheiro, admite-se um cônjuge, sendo a mulher 4 anos mais jovem que o homem.	95% dos participantes ativos possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem); pensionistas : composição familiar informada; aposentados: caso estado civil casado ou companheiro, admite-se um cônjuge, sendo a mulher 4 anos mais jovem que o homem.
2. Rotatividade	Até 47 anos INB, Eletronuclear e Nuclep: 1% Após 47 anos igual a zero	Até 47 anos INB, Eletronuclear e Nuclep: 1% Após 47 anos igual a zero
3. Crescimento Anual Real de Salários	2,01% ao ano, conforme informado pelos patrocinadores	2,01% ao ano, conforme informado pelos patrocinadores
7. Taxa Anual de Juros	6%	6%
8. Taxa de Custeio Administrativo	15%	15%

A avaliação atuarial anual de 2009 foi realizada pela assessoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Towers Perrin, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e premissas listadas anteriormente. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data base de 31 de julho de 2009, os quais foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data da avaliação, sendo considerados suficientes e completos.

A taxa de custeio apurada na avaliação atuarial de 2009 para os patrocinadores é equivalente a 7,75% da folha de salários dos participantes, sendo 3,88% correspondente ao custo normal e 3,87% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

A contribuição dos participantes ativos continua sendo na mesma forma definida no artigo 68 do regulamento do

Plano Básico de Benefícios. A contribuição dos assistidos, paga somente por aqueles que recebem abono, foi definida em 8% do valor do benefício, sendo 6,8% para o plano de benefícios e 1,2% para o custeio administrativo.

Relativamente aos resultados obtidos na data-base de 31 de dezembro de 2009, considerando o Patrimônio Líquido de Exigíveis e Fundos de R\$ 1.136.285.477,28 e o Exigível Atuarial de R\$ 1.236.047.294,89, constatou-se insuficiência patrimonial no valor de R\$ 99.761.817,61.

Vale lembrar, aqui, que o déficit é uma conta de resultado contábil que demonstra que o patrimônio líquido existente é insuficiente para a cobertura do passivo atuarial.

O déficit em questão foi gerado por fatos passíveis de ocorrer em relação aos participantes e às empresas, fatos estes que influenciaram no equilíbrio do plano previdenciário. Dentre esses fatores relevantes, toma-se como exemplo a expectativa média de vida dos participantes e o crescimento real de salários. Aliado a esses fatos, houve a necessidade de provisão da perda das debêntures da ULBRA e dos respectivos passivos contingenciais. Devido à ocorrência de déficit em 31/12/09, a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/08 estabelece que o mesmo deve ser imediatamente equacionado entre os participantes ativos, assistidos e patrocinadores, na proporção das contribuições normais vertidas para o plano no exercício em que foi apurado o resultado. A taxa adicional calculada para o equacionamento do déficit, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/08 fica assim distribuída:

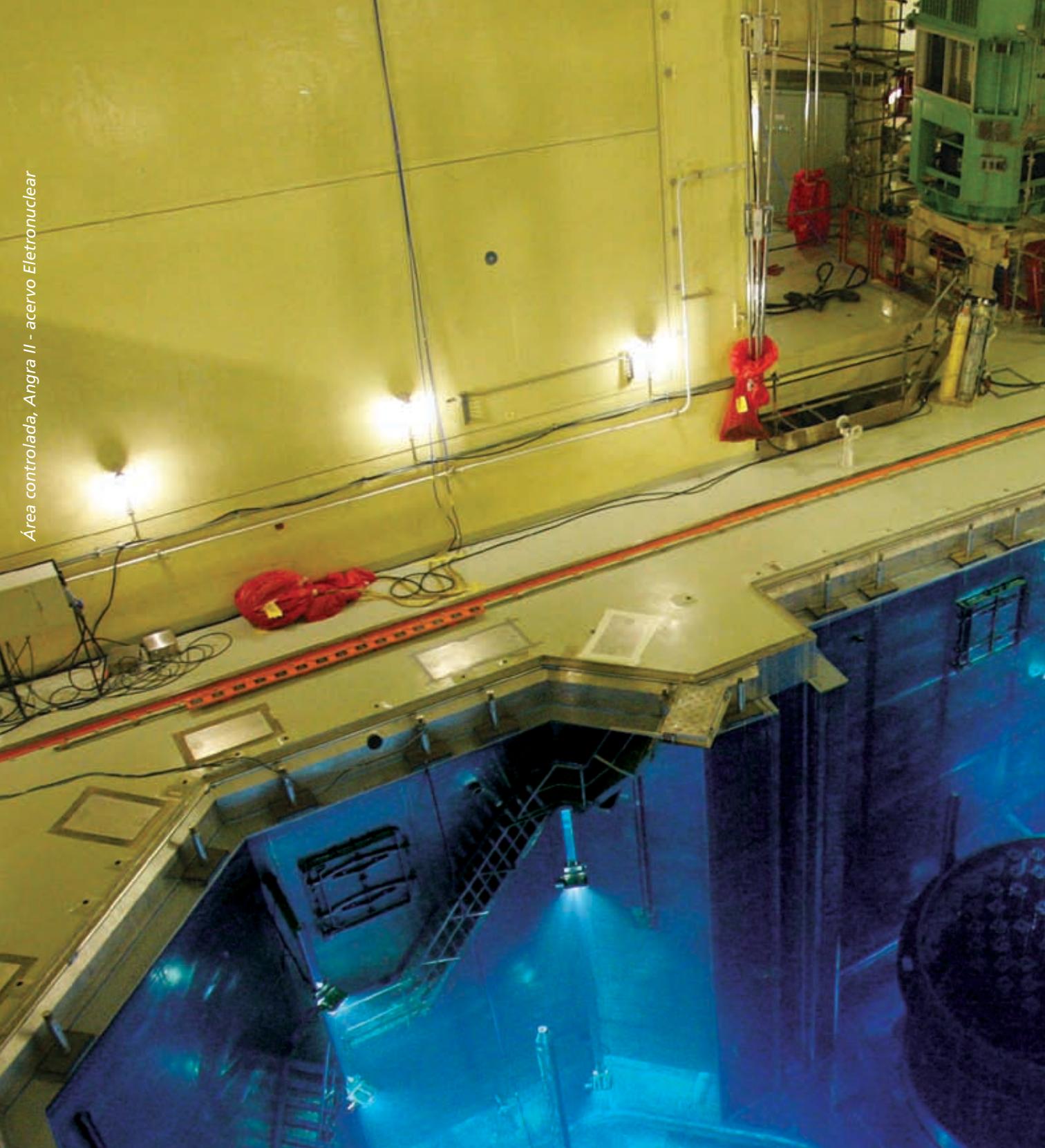
Taxa Adicional	
Patrocinador	2,10%
Assistidos	3,08%
Ativos	
► 1º Faixa Salarial - Sobre o salário de participação	0,81%
► 2º Faixa Salarial - Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do maior salário de benefício do INSS	0,38%
► 3º Faixa Salarial - Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o maior salário de benefício do INSS	3,03%

Considerando que a discussão judicial relativa à dívida da Nuclep versa sobre a forma de atualização do montante devido que, de acordo com o parecer do escritório de advocacia Maimoni Advogados Associados, é de remota possibilidade de perda, a Towers Perrin não vislumbra óbice em que os patrocinadores, participantes e assistidos contribuam no período de abril a novembro de 2010, sem considerar o pagamento da contribuição adicional para equacionamento do déficit. Na hipótese de não ser concluída a discussão judicial sobre a forma de atualização da dívida da Nuclep até novembro de 2010, a partir de dezembro de 2010 deverá ser dado início à cobrança da contribuição adicional para equacionamento do déficit.

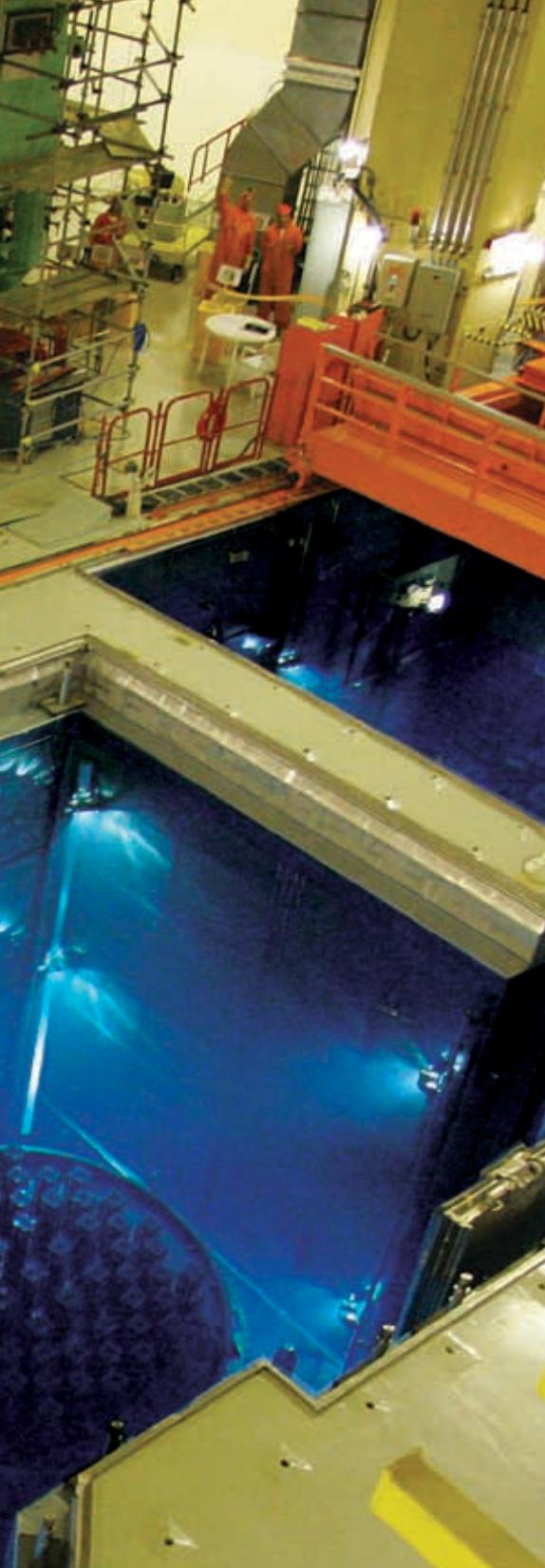
O Conselho Deliberativo do Nucleos, optando por uma postura mais conservadora em relação às medidas para equacionamento do déficit, decidiu que a taxa de custeio dos patrocinadores será mantida no mesmo patamar do exercício de 2009, ou seja, 8,25%. A diferença (0,5%) entre a taxa recalculada pela empresa de consultoria atuarial (7,75%) e a do exercício de 2009 (8,25%) será destinada ao início do equacionamento do déficit apontado. Já as contribuições cobradas dos participantes ativos e assistidos não sofrerão alteração na regra de cálculo até o mês de novembro de 2010.

Caso não esteja finalizado o processo judicial movido contra a Nuclep até o referido mês (novembro de 2010), em dezembro de 2010 as taxas adicionais para o equacionamento do déficit devem ser assim distribuídas: patrocinador, 2,10% (devendo ser observada a compensação da diferença recolhida de janeiro a novembro de 2010); assistidos, 3,08%; ativos (1ª faixa salarial), 0,81%; ativos (2ª faixa salarial), 0,38%; ativos (3ª faixa salarial), 3,03%.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Towers Perrin encontra-se disponível neste Relatório Anual.



GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS



A gestão dos recursos financeiros do Nucleos busca maximizar a rentabilidade dos investimentos, com riscos devidamente monitorados, objetivando pagar todos os benefícios de aposentadoria contratados com nossos participantes.

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

1. Breve Histórico do Mercado Financeiro em 2009

Para o mercado financeiro, foi o ano da virada na economia brasileira que se iniciou em um cenário repleto de incertezas, já que ninguém conseguia vislumbrar o desenlace da crise de crédito norte-americana, eclodida a partir de setembro de 2008, com a quebra do Lehman Brothers, para depois encerrar com resultado positivo.

Aos poucos, com a boa gestão do governo, através de variadas medidas de isenção fiscal e de injeção de liquidez nos sistemas bancários e de crédito, a incerteza inicial foi se dissipando, com a economia real retomando a expansão pré-crise, os investidores retornando e os fundamentos econômicos relativamente preservados.

38

NUCLEOS 30 ANOS

Fazendo um breve balanço, há de se destacar a boa gestão do Governo Federal no controle da crise. Na área fiscal, foi adotada uma agressiva política de desoneração, com destaque para a redução do IPI para a indústria automobilística, além da linha branca, do segmento de bens de capitais e da indústria moveleira. Estímulos também foram implementados para outros setores, como o da construção civil, pelo seu grande efeito multiplicador sobre a economia como um todo.

A política monetária se mostrou acertada, com o afrouxamento necessário. Como resultado, ocorreu uma maior oferta de crédito consignado e maior previsibilidade da economia, permitindo as pessoas se endividarem sem grandes receios, e o volume de crédito passou de 45% do PIB, devendo alcançar 50% no ano de 2010.

A inflação se manteve controlada ao longo do ano, em linha com o sistema de metas de inflação, definido em 4,5%.

No desempenho da taxa de câmbio, a apreciação do Real foi uma realidade, tanto por fatores externos, como pela excessiva liquidez dos mercados internacionais, resultado de políticas monetárias frouxas dos bancos centrais, como pelo fato do Brasil se tornar um mercado atrativo para os investidores externos.

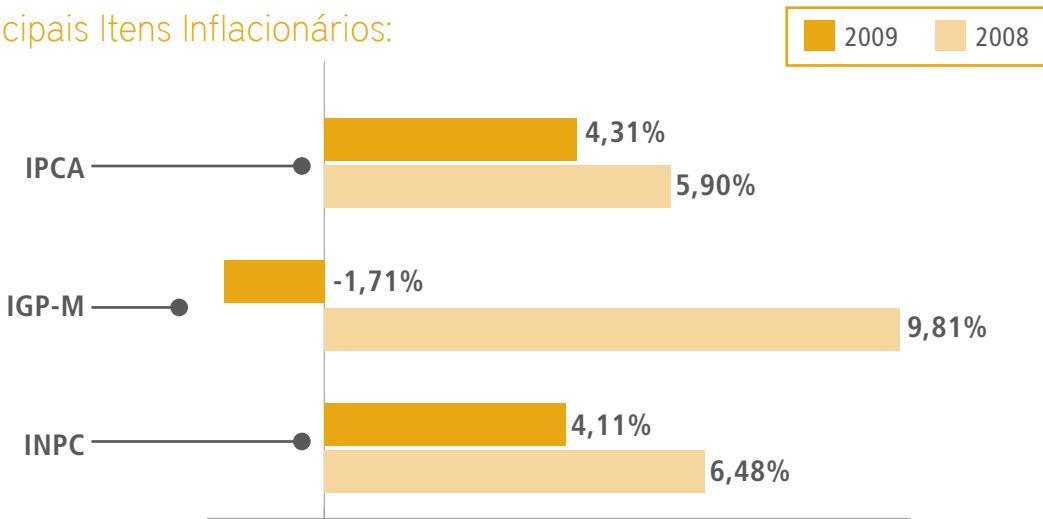
Mesmo com crescimento próximo de zero, o Brasil gerou 995 mil novos postos de trabalho e a relação entre crescimento e emprego foi melhor do que em anos anteriores.

O conjunto de medidas acabou por amenizar o surto recessivo ocorrido no primeiro semestre, com

a economia retomando fortemente no segundo semestre. Com isto, o PIB de 2009 fechou próximo a estabilidade (-0,2%). Em reconhecimento aos bons fundamentos da economia brasileira, as três principais agências de *rating* colocaram o Brasil no seletivo grupo dos *investment grade*.

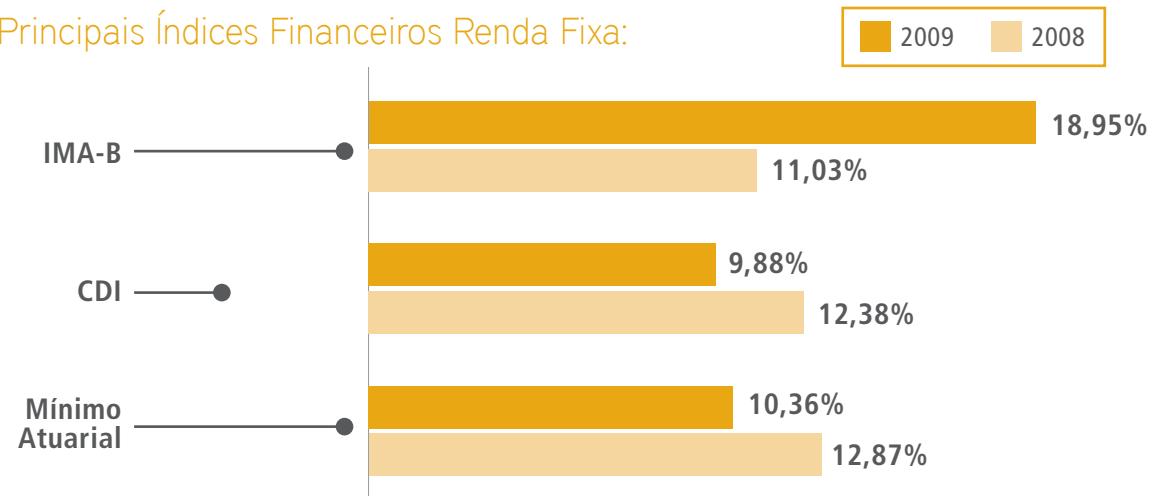
Nos gráficos a seguir, pode-se observar o comportamento dos principais indicadores inflacionários e financeiros comparados com o ano anterior.

Principais Itens Inflacionários:



Verifica-se que os principais índices inflacionários foram inferiores aos observados em 2008, inclusive com deflação no IGP-M. Esses números atuam como fatores de volatilidade nos indicadores de referência na renda fixa (títulos públicos e de créditos privados) e na renda variável (índice Bovespa, índice Brasil, índice Brasil 50).

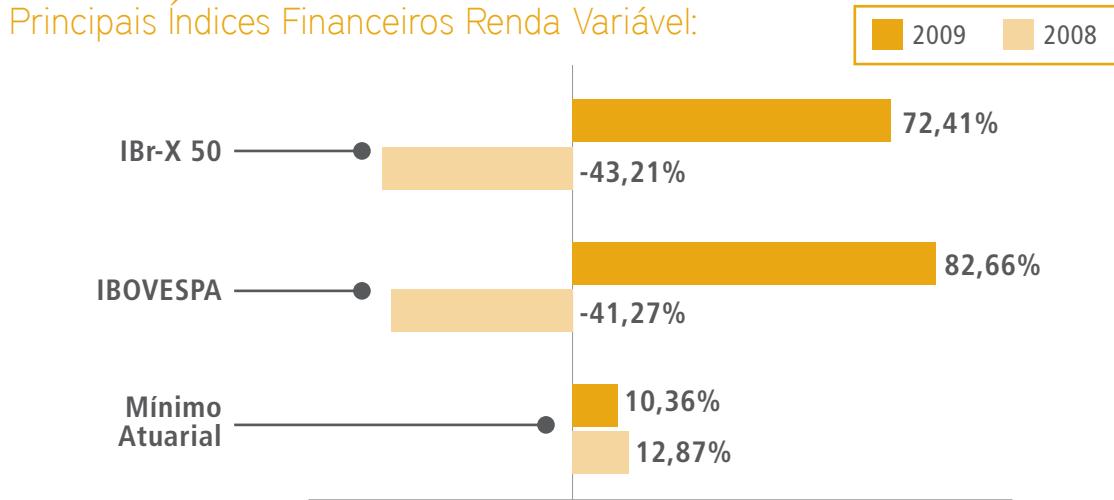
Principais Índices Financeiros Renda Fixa:



GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

No ano, os resultados foram amplamente favoráveis à diversificação dos investimentos em renda fixa. O IMA Geral rendeu 12,90%, cerca de 130% do CDI que rendeu 9,88%. Resultado puxado pelo IMA-B com rentabilidade de 18,95% e também pelo IRF-M com 12,47%. Cabe esclarecer que o IMA-B, indicador divulgado pela Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro), mede a evolução do valor de mercado de carteiras compostas por títulos públicos ao IPCA (NTN-B) e CDI (Certificado de Depósito Interbancário), parâmetro amplamente utilizado para avaliação do segmento de renda fixa.

Principais Índices Financeiros Renda Variável:



Comportamento das Bolsas de Valores

País	Bolsa	Retorno (%)
Brasil	IBOVESPA	82,60%
Brasil	IBRX-50	72,41%
Argentina	Merval	114,95%
Alemanha	DAX-30	23,86%
Rússia	RTS	128,62%
México	IPC	43,52%
China	SHENZEN-SE	116,90%
EUA	DOW JONES	18,82%
EUA	NASDAQ	43,89%

A recuperação ocorrida em 2009 superou a projeção mais otimista dos analistas realizada no final de 2008. A Bolsa brasileira teve uma excelente performance, encerrando o ano com uma das maiores valorizações do mundo. Os investimentos em ações encerraram o ano destacando-se como a aplicação financeira que melhor retorno proporcionou aos investidores e seu principal indicador, o Índice Bovespa (Ibovespa), com valorização nominal de 82,6% e de 145,2% em relação ao dólar, situou-se em 68.588 pontos no fechamento de 2009. Apresentando-se em alta praticamente contínua durante o ano, o Índice Bovespa refletiu o bem-sucedido desempenho dos fundamentos da

economia brasileira e a melhora do ambiente externo diante da crise financeira global. O IBrX-50 (Índice Brasil 50), ponderado pelo valor de mercado do *free float* das ações que o integram, também apresentou alta em 2009, encerrando o ano em 9.562 pontos, 72,4% (em termos nominais) acima do valor registrado em 2008.

2. Composição da Carteira de Investimentos

2.1. Carteira Global de Investimentos

Apresentamos a seguir a Carteira Global de Investimentos comparada ao ano anterior.

Descrição	2009		2008	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	712.678	82,58%	603.676	81,73%
► Letras Financeiras do Tesouro	1.785	0,21%	2.842	0,38%
► Quotas de Fundos de Renda Fixa	668.287	77,43%	516.802	69,97%
► Debêncures não Conversíveis	39.098	4,53%	80.762	10,93%
► Certificado de Depósito Bancário	3.508	0,41%	3.251	0,44%
► Contas a Receber	0	0,00%	20	0,00%
Renda Variável	106.632	12,36%	97.864	13,25%
► Ações	0	0,00%	64	0,01%
► Quotas de Fundos de Investimento	87.332	10,12%	78.261	10,60%
► Quotas de Fundos em Participações	19.300	2,24%	19.539	2,65%
Investimentos Imobiliários	19.672	2,28%	20.180	2,73%
Empréstimos aos Participantess	15.934	1,85%	16.830	2,28%
Outros	6.455	0,75%	53	0,01%
Total do Programa de Investimentos	861.371		738.604	
(+) Disponível	1.685	0,20%	72	0,01%
(-) Exigível Operacional (Programa de Investimentos)	-25	0,00%	-31	0,00%
(=) Total dos Recursos Garantidores	863.031	100,00%	738.645	100,00%

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

2.2. Aderência à Política de Investimentos e aos Limites Legais

A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2009, comparativamente aos limites da Política de Investimentos e ao máximo legal permitido pela legislação em vigor, está demonstrada no quadro a seguir.

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2009	Limites da Política de Investimentos (%)			Limite Legal (Res. 3792)	Enquadramento	
		Objetivo (*)	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	82,58%	76,67%	60,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
Renda Variável	10,12%	17,83%	0,00%	30,00%	70,00%	OK	OK
Investimentos Estruturados	2,24%	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	OK	OK
▶ Fundos de Investimentos em Participação	2,24%	0,00%	0,00%	5,00%	-	OK	OK
▶ Fundos Multimercados	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%	10,00%	OK	OK
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	OK	OK
Imóveis	2,28%	3,05%	0,00%	5,00%	8,00%	Ok	Ok
▶ Aluguéis e Renda	2,28%	0,00%	0,00%	5,00%	-	OK	OK
▶ Empreendimentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	-	OK	OK
▶ Outros Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	-	OK	OK
Empréstimos	1,85%	2,45%	0,00%	10,00%	15,00%	Ok	Ok
▶ Empréstimos a Participantes	1,85%	2,45%	0,00%	10,00%	-	OK	OK
▶ Financiamentos Imobiliários a Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	OK	OK

Período de 2009 a 2013

Plano Consolidado

Como mostra a tabela anterior, os investimentos do Nucleos estão em conformidade com o estabelecido na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o período de 2009 a 2013 e com os limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

O único desenquadramento verificado está relacionado à participação no Fundo de Investimentos em

Participações – CRT, onde o Nucleos detém 100% das quotas do fundo, quando a legislação em vigor estabelece o limite de 25%. Esta participação, no valor aproximado de R\$ 15 milhões, foi adquirida em dezembro de 2003. Vale ressaltar, no entanto, que o Nucleos iniciou um processo para se reenquadrar nos limites legais, realizando ofertas públicas semestrais através de leilão eletrônico da Cetip (Câmara de Custódia e Liquidação) com o objetivo de vender 80 cotas do fundo em questão. Apesar da ampla divulgação, não houve interessados.

2.3. Por Tipo de Gestão

No quadro seguinte, verifica-se a distribuição dos ativos de acordo com o tipo de gestão:

Investimento	Gestores	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2009)	% Recursos Garantidores
Urânio FIF NUC	Santander	Renda Fixa	67.099.621	7,77%
Monazita FIF NUC	Votorantim	Renda Fixa	407.466.729	47,21
Zircônio FIF NUC	Sul America	Renda Fixa	193.519.523	22,42%
FI Votorantim Institucional RF	Votorantim	Renda Fixa	201.047	0,02%
CRT FIP*	Oliveira Trust	Renda Variável	15.086.561	1,75%
PCH FIP*	Santander	Renda Variável	4.213.657	0,49%
Titânio FIA	Credit Suisse	Renda Variável	37.275.327	4,32%
Próton FIA	Votorantim	Renda Variável	50.056.596	5,80%
Total Terceirizado			774.919.063	89,79%
Gestão Interna				
Carteira Própria	Nucleos	Renda Fixa	44.391.007	5,14%
Carteira Própria	Nucleos	Imóveis	19.671.684	2,28%
Carteira Própria	Nucleos	Empréstimos	15.933.844	1,85%
Total Gestão Interna			79.996.535	9,27%
Outros Realizáveis			6.455.364	0,75%
Contas A Receber			0	0,00%
		Total de Recursos	861.370.962	
		Total de Recursos Garantidores	863.031.032	100%

(*) Tais investimentos são classificados como investimentos estruturados para o exercício de 2010, conforme resolução 3.792 de 24/09/09.

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

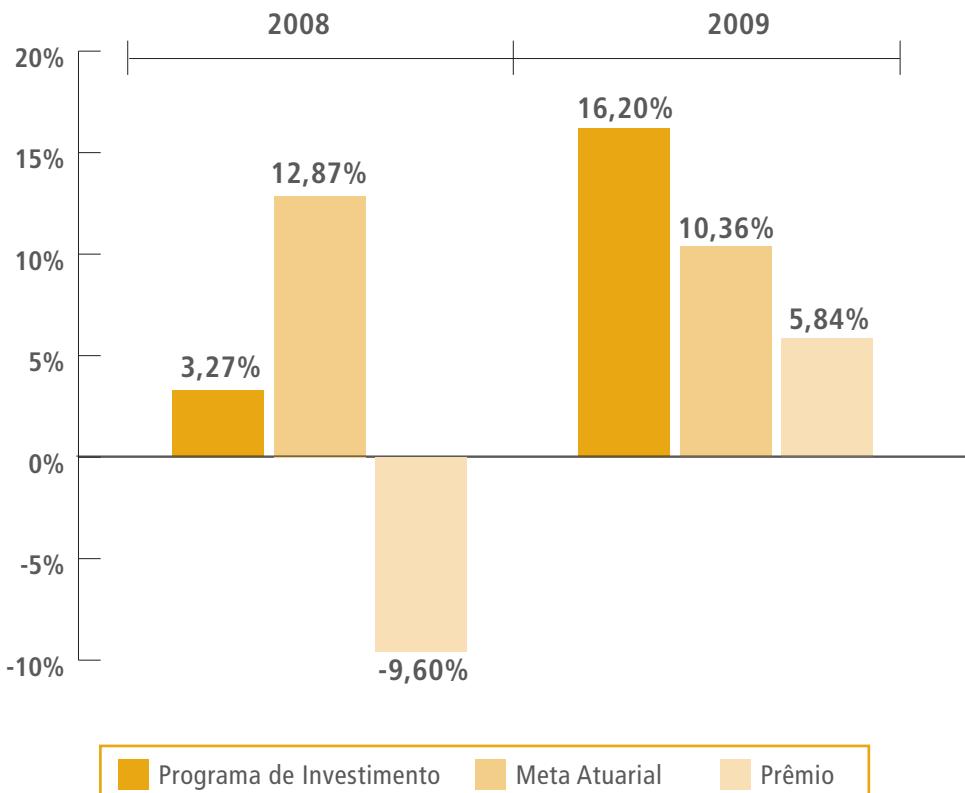
Como mostra o quadro anterior (2.3 - Por Tipo de Gestão), aproximadamente 90% do total de recursos do Nucleos estão sob gestão de algumas das maiores instituições financeiras do mercado. Os investimentos de renda fixa e variável sob gestão do Instituto referem-se a ativos que estão em fase de amortização ou liquidação. Os recursos recebidos provenientes destes ativos são direcionados para os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada. Cabe ressaltar que o patrimônio do Fundo Monazita contempla todos os títulos públicos federais de longo prazo, que deverão ser resgatados no vencimento, de forma a atender aos pagamentos futuros dos benefícios contratados.

3. Rentabilidade dos Investimentos

3.1. Rentabilidade Global

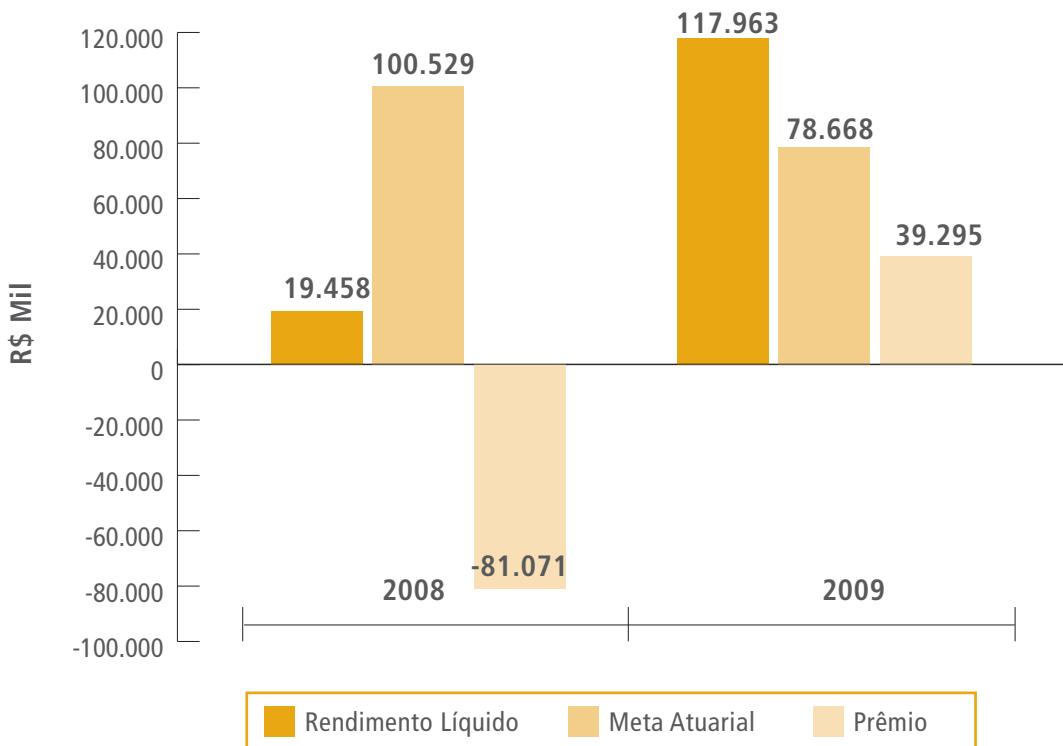
O gráfico a seguir apresenta a evolução percentual do Programa de Investimentos do Nucleos nos últimos dois anos, comparativamente à meta atuarial (INPC + 6% ao ano) e ao que excedeu a esta meta (prêmio).

Evolução do programa de investimentos do Nucleos:



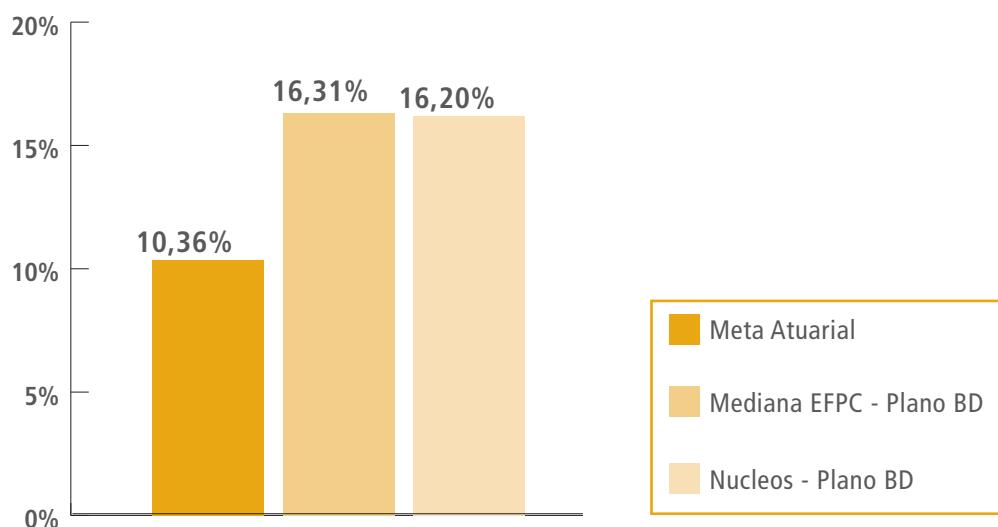
No gráfico seguinte é possível observar esta evolução em valores monetários.

Evolução do programa de investimentos do Nucleos (em valor monetário):



Comparativamente com outras entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de Benefício Definido (BD), o Nucleos auferiu rentabilidade satisfatória, conforme revela o gráfico seguinte.

Programa de investimentos (posição consolidada):

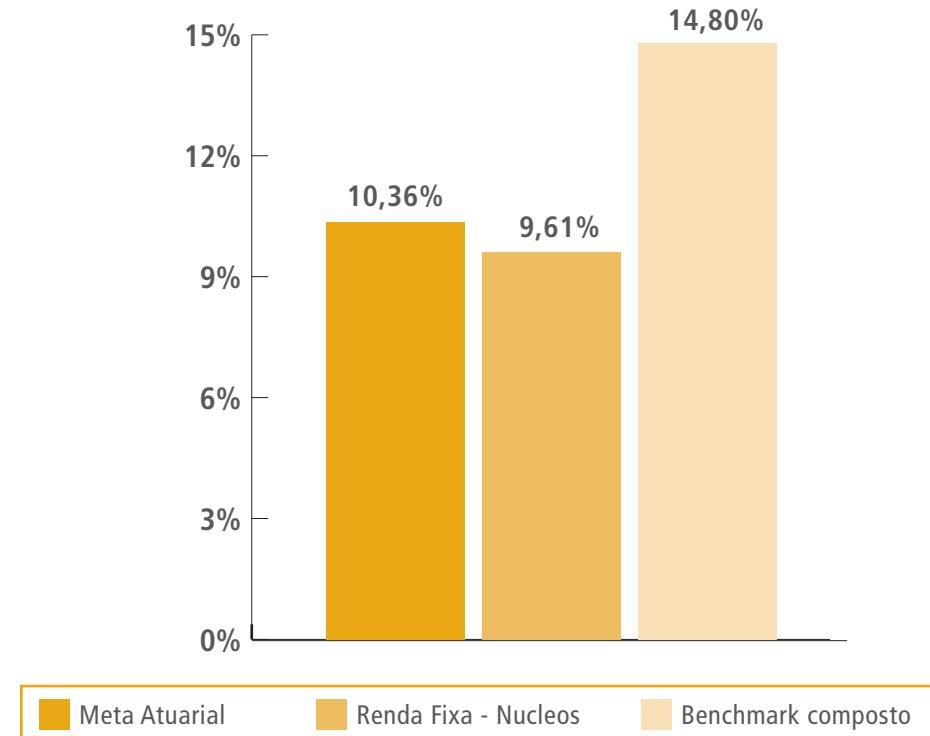


GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

3.2. Segmento de Renda Fixa

O desempenho do segmento de renda fixa comparado ao seu benchmark composto (55% IMA-B + 45% CDI) e à meta atuarial (INPC+ 5% ao ano) está demonstrado no quadro a seguir:

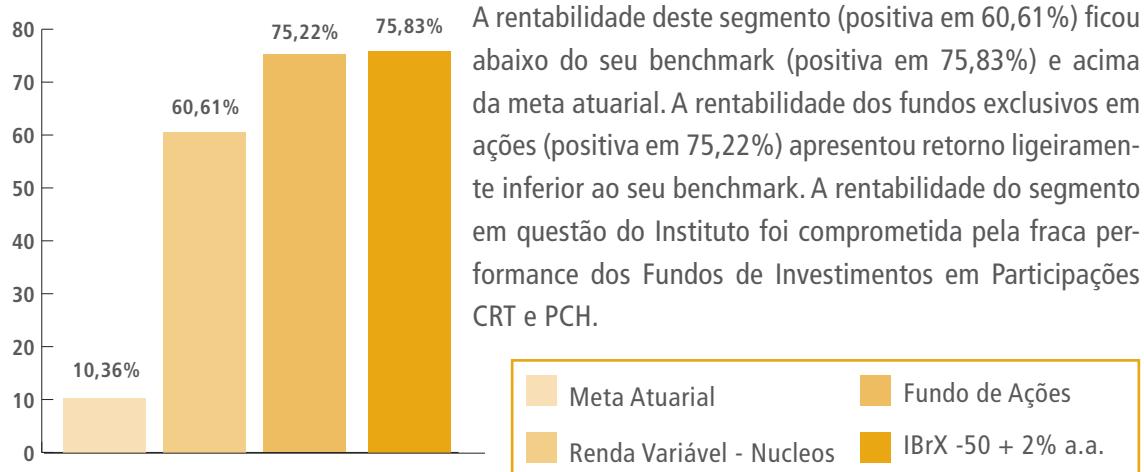
Segmento de Renda Fixa:



A rentabilidade do segmento de renda fixa (9,61%) ficou abaixo de seu benchmark (14,80%) e inferior à meta atuarial (10,36%). Cabe salientar que a rentabilidade obtida no referido segmento foi comprometida pela provisão para perda de 100% do valor referente às debêntures da empresa Ulbra Recebíveis em agosto de 2009, conforme divulgação aos participantes e assistidos através de carta PR 167/2009, de 19/08/2009. O valor provisionado foi de aproximadamente R\$16 milhões.

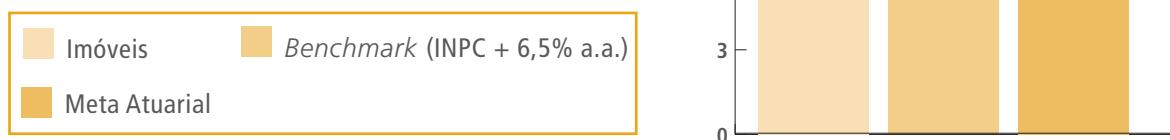
3.3. Segmento de Renda Variável

O gráfico seguinte revela o desempenho do segmento no ano, comparado ao seu *benchmark* (IBRX-50 + 2% a.a.) e à meta atuarial.



3.4. Segmento de Investimentos Imobiliários

A participação do Nucleos neste segmento representa 2,28% do total dos recursos garantidores, tendo registrado no ano uma rentabilidade de 13,35%, acima da meta atuarial 10,36%, e do seu benchmark (INPC + 6,5% ao ano), 10,88%, conforme ilustrado no gráfico ao lado.



Em 31 de dezembro de 2009, a carteira imobiliária estava assim constituída:

Descrição	Valor Contábil	Locatário	Vigência Contrato Aluguel	Aluguel
Rua Mena Barreto, 161	7.461.731,88	INB	29/02/2013	69.024,00
Praia do Flamengo, 200 / 7º andar	5.096.233,85	FINEP	31/12/2013	75.971,23
Rua Rodrigo Silva, 26 / 15º andar	1.394.362,29	Nucleos		14.062,00
Rua Victor Civita, 66 - BL 1 - 15º andar - Barra	4.586.698,63	CBF	30/09/2013	37.964,39
Direitos a receber – Shopping Light	1.035.046,40			
Total	19.574.073,05			197.021,62

Posição: Dezembro/2009

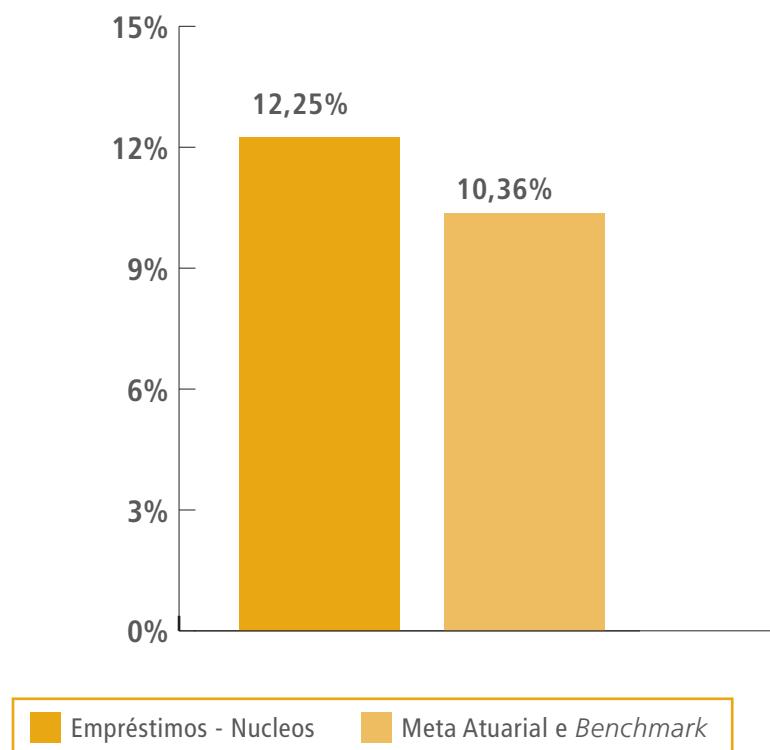
GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

3.5. Segmento de Empréstimos

Para o segmento de empréstimos e financiamentos, o Instituto estabeleceu como *benchmark* a sua meta atuarial, isto é, INPC + 6,0% ao ano.

A rentabilidade acumulada em 2009 foi de 12,25%, acima do seu *benchmark*, que foi de 10,36%, como mostra o próximo gráfico.

Segmento de Empréstimos

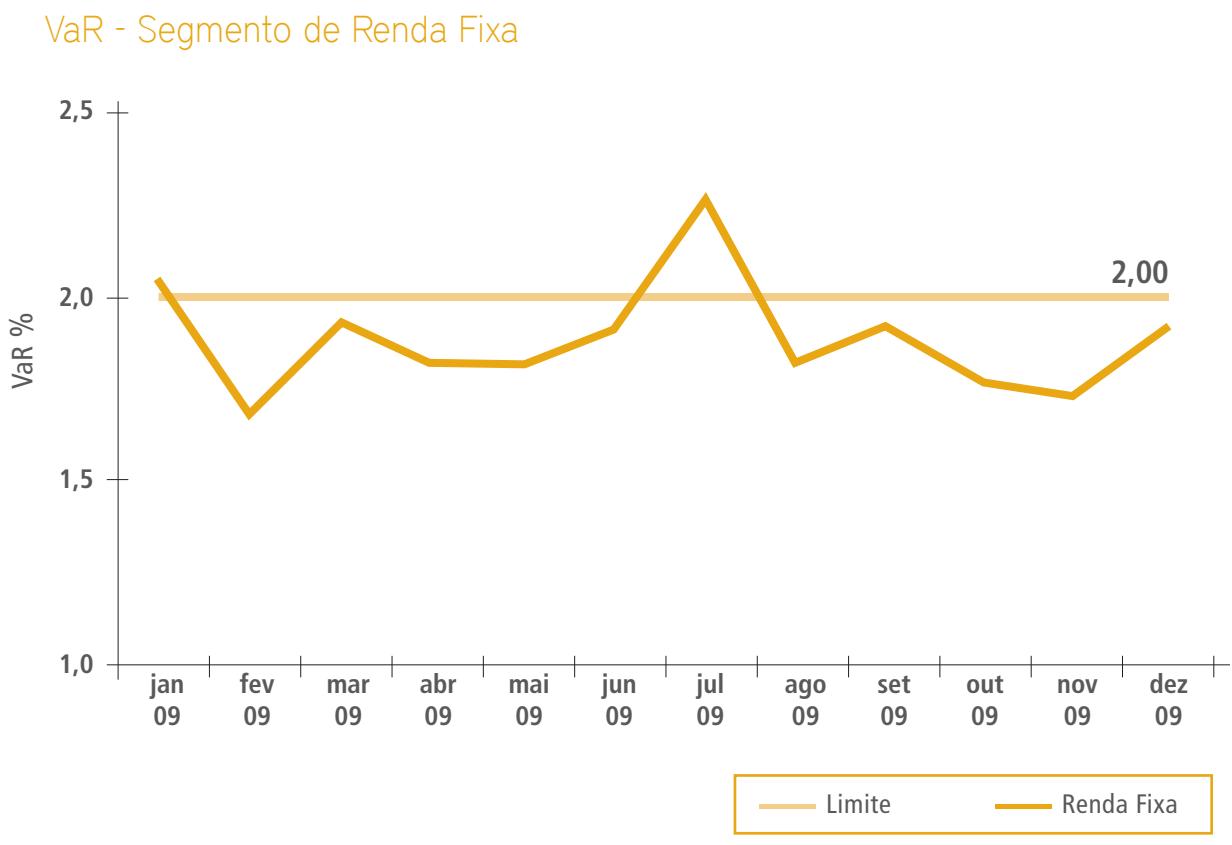


4. Análise de Risco

O risco de mercado é provocado pelas mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. Tais mudanças se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e das *commodities*. O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo medir a máxima perda esperada de uma carteira de investimento, sob condições normais de mercado, com um grau de confiança especificado e para um dado horizonte de tempo.

O sistema de gerenciamento de risco adotado em 2009 foi o da empresa de consultoria Towers Perrin.

O gráfico a seguir mostra a evolução do VaR* percentual em relação ao patrimônio do segmento renda fixa do Nucleos. O período analisado abrange o ano de 2009 e mostra que o risco assumido pela Entidade ficou acima do limite estabelecido na Política de Investimentos (2,00%) no mês de janeiro/09. Este foi um desenquadramento passivo – ocorrido em função das condições de mercado e não da gestão dos recursos – e, em fevereiro de 2009, o nível de risco retorna para um valor abaixo do limite determinado na Política de Investimento. Em julho a entidade supera o limite estabelecido devido à alocação em títulos indexados à inflação com prazo inferior a 5 anos. Uma vez que a curva de prefixados esteve mais volátil por conta da crise e a curva de IPCA sofre influência desta, os papéis indexados à inflação geraram uma maior volatilidade na carteira neste mês. Nos outros meses, o risco assumido pelo Instituto ficou abaixo do limite estabelecido na Política de Investimentos (2,00%).

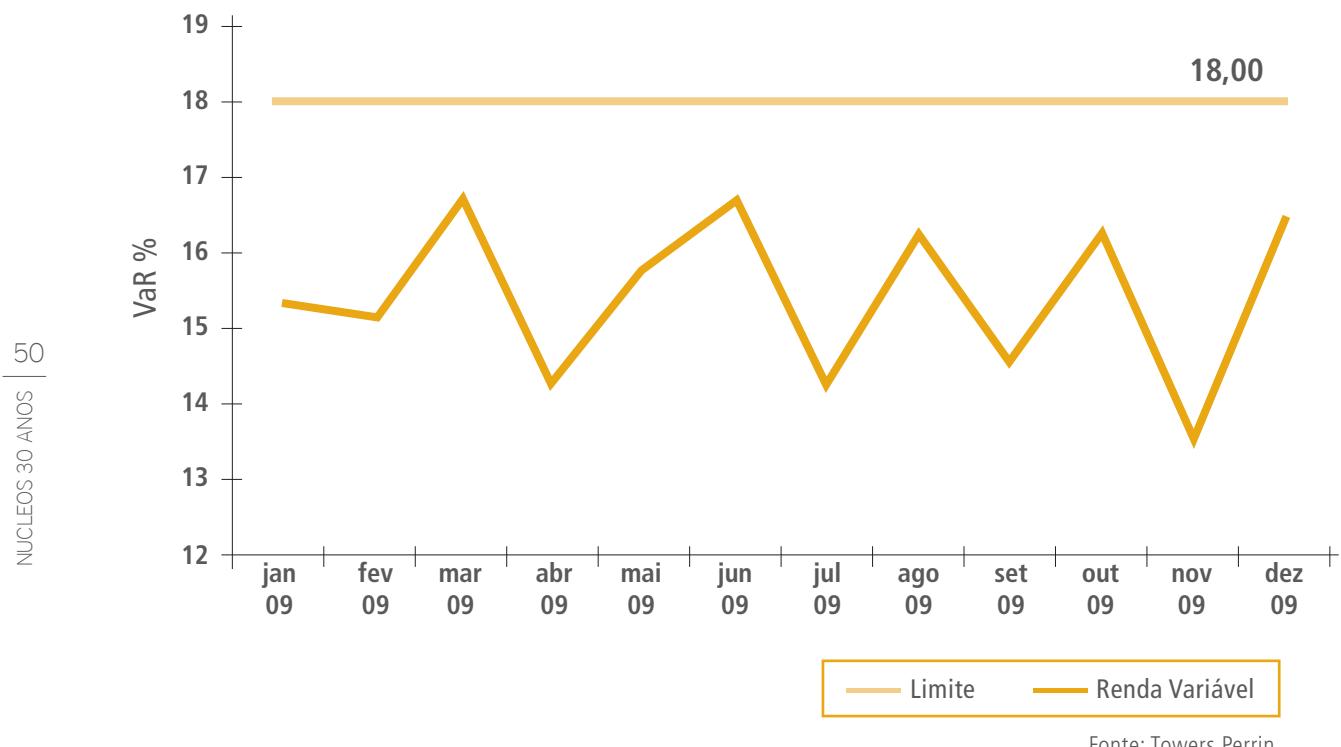


* VaR - Value at Risk

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

Em relação ao segmento de renda variável, percebe-se no gráfico que em todos os meses do ano os resultados ficaram abaixo do limite de 18,00% estabelecido pela Política de Investimentos do Nucleos.

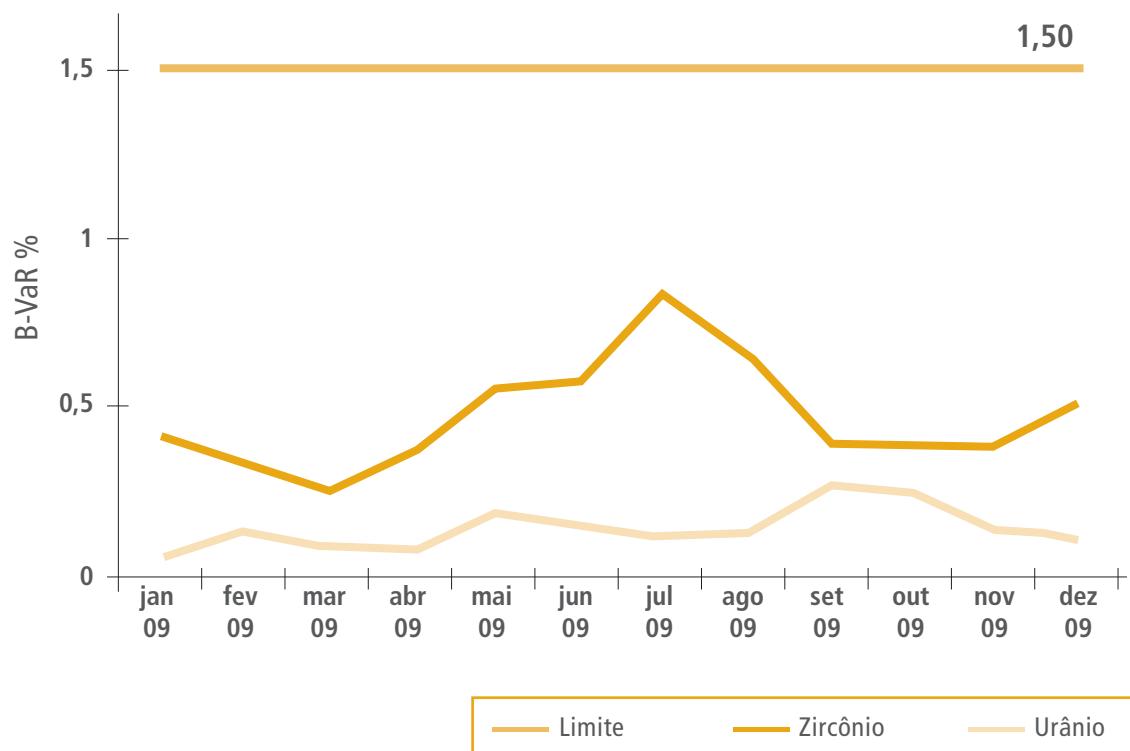
VaR - Segmento de Renda Variável



Para os fundos multimercados exclusivos, o risco de mercado é medido pelo B-VaR, sendo que as alocações no segmento de renda fixa têm limite de 1,50% para 21 dias úteis em relação ao seu *benchmark* estabelecido. Já para a parcela dos ativos alocados no segmento de renda variável, o limite é de 10,00% ao ano em relação ao IBrX-50. Os resultados obtidos são demonstrados nos gráficos seguintes.

Pode-se observar que os valores do B-VaR no segmento de renda fixa no decorrer do ano foram inferiores ao limite estabelecido na Política de Investimentos.

B-VaR - Fundos Multimercado



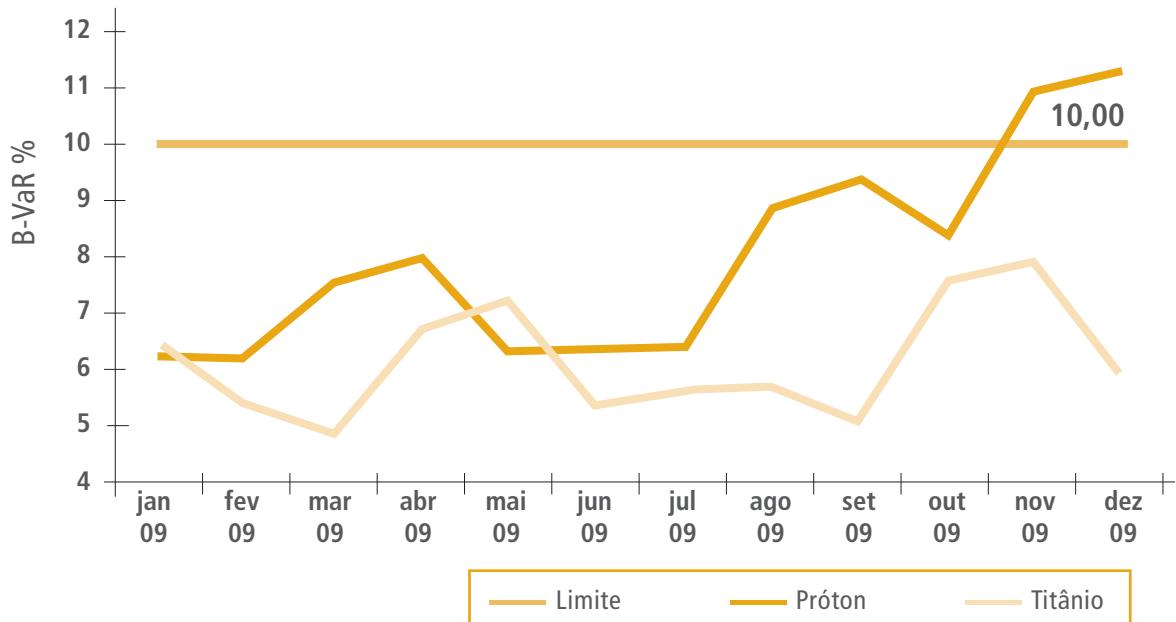
O gráfico B-VaR do segmento de Renda Variável, representa o descolamento dos fundos exclusivos em relação ao índice de referência. No ano, o B-VaR do fundo Titânio se manteve abaixo do limite de 10% estabelecido pela Política de Investimentos da entidade.

No caso do fundo Próton, o B-VaR ultrapassou o limite de risco em novembro e dezembro. Esse risco maior é resultado principalmente da diferença de alocação em determinados setores e ações que compõem o índice (IBRX-50). Nesses meses, o fundo tinha alocações distintas do *benchmark* nos seguintes setores:

- ▶ Mais alocado que o *benchmark*: Petróleo, mineração, comércio
- ▶ Menos alocado que o *benchmark*: Energia, alimentos e bebidas, telecomunicação, transportes e construtoras

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

B-VaR - Fundos de Ações



5. Custos com Administração dos Investimentos

Os custos incorridos com cada uma das atividades relacionadas à administração dos recursos do PBB estão demonstrados na tabela a seguir:

Custos com a Administração dos Recursos					
Custos com administração de recursos	Custos 1º Trimestre	Custos 2º Trimestre	Custos 3º Trimestre	Custos 4º Trimestre	Custos no ano
Pessoal e encargos	531.346	586.282	604.732	619.616	2.341.975
Despesas administrativas	214.461	310.133	235.517	207.159	967.269
Custódia	60.232	64.434	67.220	65.059	256.945
Auditória	-	-	34.170	35.190	69.360
Consultoria Financeira	35.014	31.035	34.445	43.180	143.674
Consultorias (Teleinformática & Bolsa)	13.906	15.751	14.915	13.075	57.647
Consultoria (Jurídica)	17.708	71.160	6.067	30.472	125.407
Sistema de controle de Investimentos	50.431	49.568	110.422	135.880	346.301
Gestão / administração dos recursos externos	189.350	141.349	234.785	222.865	788.349
Outros custos					-
Total	1.112.448	1.269.712	1.342.273	1.372.494	5.096.927

DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS



em 31 de dezembro 2009 e 2008

DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIO DE NATUREZA PREVIDENCIAL

em reais

Demonstração Patrimonial					
Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Ativo	1.151.140.601,97	1.012.328.554,39	Passivo	1.151.140.601,97	1.012.328.554,39
Disponível	1.684.604,23	65.946,46	Contas a Pagar	1.111.369,46	1.183.432,81
Contas a Receber	287.492.642,83	274.182.195,18	Valores em Litígio	10.083.250,72	9.430.454,25
Aplicações	861.370.958,18	737.845.271,75	Compromissos c/ Partic. e Assist.	1.236.047.294,89	1.048.508.545,69
► Renda Fixa	712.677.927,05	602.917.604,94	Fundos	3.660.504,51	2.576.067,15
► Renda Variável	106.632.139,19	97.864.040,50	Equilíbrio Técnico	(99.761.817,61)	(49.369.945,51)
► Imóveis	19.671.684,30	20.179.755,72	Resultados Realizados	(99.761.817,61)	(49.369.945,51)
► Empréstimos / Financiamentos	15.933.843,89	16.830.378,03	► Superávit Técnico Acumulado	-	-
► Outras	6.455.363,75	53.492,56	► (-) Déficit Técnico Acumulado	(99.761.817,61)	(49.369.945,51)
Bens de Uso Próprio	592.396,73	235.141,00	Resultados a Realizar	-	-

Demonstração de Resultados		
Descrição	2009	2008
(+) Contribuições	107.644.414,10	102.517.233,61
(-) Benefícios	(74.036.693,17)	(64.067.389,98)
(+/-) Rendimentos das Aplicações	117.925.021,00	19.490.302,97
(=) Recursos Líquidos	151.532.741,93	57.940.146,60
(-) Despesas com Administração	(7.658.262,98)	(7.127.355,88)
(+/-) Formação (utilização) de Valores em Litígio	(5.870.794,63)	(6.243.387,26)
(+/-) Formação (utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(187.538.749,20)	(149.694.335,95)
(+/-) Formação (utilização) de Fundos para Riscos Futuros	(1.084.437,36)	55.754.986,98
(+/-) Incorporação (dissolução) de Plano(s)	227.630,14	-
(=) Superávit (déficit) Técnico do Exercício	(50.391.872,10)	(49.369.945,51)

Comentários sobre a rentabilidade do Plano:

Em 2009 a rentabilidade do Plano foi equivalente a 16,20%, representando 156,40% do mínimo atuarial de 10,36% (INPC + 6% aa).

Em 2008 obtivemos 3,27%, contra um mínimo atuarial de 12,87% (INPC + 6% aa). O desempenho abaixo do mínimo atuarial foi decorrente da crise mundial que impactou os mercados financeiro e de capitais, com quedas significativas nas bolsas de valores.

Comentários sobre o custeio administrativo do Plano:

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas (Previdencial, Assistencial e de Investimentos) proporcionalmente ao comprometimento de suas respectivas atividades, em relação ao custeio total, o custeio administrativo do Programa Previdencial totalizou R\$ 4.552.878,17, correspondente a 15% das receitas de contribuição. O custeio da administração dos investimentos totalizou, R\$ 4.051.633,61.



Gerador de vapor substituto para usina nuclear de Angra I – Acervo Nuclep

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS E

Fábrica da Nuclep em Itaguaí – acervo Nuclep



EXPLICATIVAS



em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2009	2008	Passivo	Nota	2009	2008
Disponibilidades	4	1.685	72	Exigível Operacional			
				▶ Programa Previdencial		189	114
Realizável				▶ Programa Assistencial		-	3
▶ Programa Previdencial	5	287.304	273.726	▶ Programa Administrativo		898	1.201
▶ Programa Assistencial	6	-	5	▶ Programa de Investimentos		25	31
▶ Programa Administrativo	7	189	502			1.112	1.349
▶ Programa de Investimentos	8						
· Renda Fixa		712.678	603.656	Exigível Contingencial	10		
· Renda Variável		106.632	97.864	▶ Programa Previdencial		2.331	9.129
· Investimentos Imobiliários		19.672	20.180	▶ Programa Assistencial		-	49
· Operações com Participantes		15.934	16.830	▶ Programa Administrativo		70	-
· Outros Realizáveis		6.455	53	▶ Programa de Investimentos		7.682	302
		1.148.864	1.012.816			10.083	9.480
Permanente	9			Exigível Atuarial	11		
▶ Imobilizado		448	195	▶ Provisões Matemáticas:			
▶ Diferido		144	40	· Benefícios Concedidos		266.194	216.432
		592	235	· Benefícios a Conceder		1.030.821	894.473
				· (-) Provisões Matemáticas a Constituir		(60.968)	(62.397)
						1.236.047	1.048.508
				Reservas e Fundos	12		
				▶ Equilíbrio Técnico			
				· (-) Déficit Técnico		(99.762)	(49.370)
				▶ Fundos			
				· Programa Previdencial		-	-
				· Programa Assistencial		-	580
				· Programa Administrativo		3.097	1.983
				· Programa de Investimento		564	593
						3.661	3.156
						(96.101)	(46.214)
Total do Ativo		1.151.141	1.013.123	Total do Passivo		1.151.141	1.013.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados

Notas	2009	2008
Programa Previdencial		
► Recursos coletados	107.644	102.517
► Recursos utilizados	(74.037)	(64.067)
► Constituições/Reversão de contingências	1.569	(4.500)
► Custeio administrativo	(4.552)	(4.496)
► Resultado dos investimentos previdenciais	106.523	13.612
► Constituições de provisões atuariais	(187.539)	(149.694)
► Formação de fundos	-	57.258
► Resultado técnico do semestre	(50.392)	(49.370)
Programa assistencial		
► Recursos coletados	7	1.189
► Recursos utilizados	(144)	(1.665)
► Constituições de contingências	49	28
► Custeio administrativo	(531)	(846)
► Resultado dos investimentos assistenciais	39	112
► Reversões de fundos	(580)	(1.182)
Programa administrativo		
► Recursos oriundos de outros programas	9.135	9.448
► Receitas	38	86
► Despesas	(7.999)	(8.049)
► Reversões de contingências	(60)	(6)
► Constituições de fundos	1.114	1.479
Programa de investimentos		
► Renda fixa	56.325	62.556
► Renda variável	50.251	(56.951)
► Investimentos imobiliários	2.023	10.592
► Operações com participantes	2.106	2.484
► Relacionadas com o disponível	-	(4)
► Relacionadas com tributos	8.e	7.258
► Constituições de contingências	(7.380)	(1.604)
► Custeio administrativo	(4.052)	(4.116)
► Resultados transferidos para outros programas	(106.561)	(13.714)
► Constituições (reversões) de fundos	(30)	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações dos Fluxos Financeiros

	2009	2008		2009	2008
Programa Previdencial - Entradas			Programa de Investimentos		
► Recursos coletados	107.644	102.517	► Renda fixa	(52.701)	20.934
► Recursos a receber	(13.626)	(21.857)	► Renda variável	41.483	(40.654)
► Outros (as) realizáveis/exigibilidades	124	196	► Investimentos imobiliários	2.531	14.626
	94.142	80.856	► Operações com participantes	3.000	1.149
Programa Previdencial - Saídas			► Relacionados com o disponível	-	(6)
► Recursos utilizados	(74.037)	(64.067)	► Relacionados com tributos	7.258	781
► Constituições de contingências	(5.229)	(4.778)	► Outros investimentos	(6.400)	-
	(79.266)	(68.845)	► Constituição de contingências	-	(1.303)
	14.876	12.011		(4.829)	(4.473)
Programa Assistencial - Entradas			Fluxo nas disponibilidades	1.613	(63)
► Recursos coletados	7	1.189	Variação nas disponibilidades	1.613	(63)
► Recursos a receber	3	70			
► Outros (as) realizáveis/exigibilidades	1	5			
	11	1.264			
Programa Assistencial - Saídas					
► Recursos utilizados	(144)	(1.665)			
► Utilizações a pagar	(3)	(54)			
► Utilizações futuras	-	125			
	(147)	(1.594)			
	(136)	(330)			
Programa Administrativo - Entradas					
► Receitas	38	86			
► Receitas a receber	84	297			
► Outros (as) realizáveis/exigibilidades	138	(127)			
► Constituições de contingências	11	-			
	271	256			
Programa Administrativo - Saídas					
► Despesas	(7.999)	(8.049)			
► Despesas a pagar	(199)	395			
► Despesas futuras	(14)	68			
► Permanente	(357)	64			
► Constituições de contingências	-	(5)			
	(8.569)	(7.527)			
	(8.298)	(7.271)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (NUCLEOS) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 22 de dezembro de 1978, de acordo com escritura lavrada em cartório, nos termos da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pelas Leis complementares nºs 108/2001 e 109/2001, ambas de 29 maio de 2001, e obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar e de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A Entidade tem como objetivo principal garantir aos seus participantes e respectivos beneficiários a suplementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Os recursos financeiros de que o NUCLEOS dispõe para atender ao seu objetivo principal e para o seu funcionamento operacional são oriundos de contribuições de suas patrocinadoras: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB (instituidora), Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, de seus participantes, dos assistidos e dos rendimentos auferidos pelas aplicações desses recursos, que são efetuadas de acordo com o disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do NUCLEOS foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e divulgadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para as entidades fechadas de previdência complementar, em especial a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pelas Resoluções MPS/CGPC nºs 10, de 5 de julho de 2002 e nº 1, de 24 de janeiro de 2003.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

a. Resultado das operações

Os recursos coletados, os recursos utilizados, as receitas e as despesas são reconhecidos e registrados pelo regime contábil de competência.

b. Realizável - Programa previdencial

O Ativo realizável - Programa previdencial registra os recursos a receber das patrocinadoras e dos participantes. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são atualizadas monetariamente, até a data das demonstrações contábeis, em conformidade com os parâmetros definidos no Estatuto, no Plano Básico de Benefícios e nas disposições contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações subsequentes, que contemplam a constituição de provisão escalonada e equivalente a 100% para atrasos superiores a 360 dias.

c. Realizável - Programa de investimentos

Títulos e valores mobiliários

Exceto pelas aplicações em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e em ações, os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Fundos de investimento

Os fundos de investimento de renda fixa e renda variável são registrados ao custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, e ajustados ao valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informada pelos administradores dos fundos.

Certificados de depósitos bancários

Os Certificados de depósitos bancários são registrados ao custo de aquisição, atualizados às taxas pactuadas com os seus emissores, e ajustados ao valor de mercado, no último dia útil de cada mês, com base no modelo de precificação adotado pelo Banco Itaú S.A, responsável pela custódia e controladoria da carteira de investimentos do NUCLEOS.

Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, reavaliado em período não superior a três anos, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente.

Os aluguéis são registrados em conta de receita do programa de investimentos.

Operações com participantes

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos até a data do balanço. A remuneração referente a juros e correção monetária está registrada na rubrica de Operações com participantes, atendendo aos limites mínimos que estabelecem a Resolução CMN nº 3.792.

d. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada possível e provável, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

e. Exigível atuarial - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são calculadas pelo atuário externo, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade em relação a seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

f. Transferências interprogramas

As transferências interprogramas do resultado líquido do Programa de investimentos para os Programas previdencial e assistencial são efetuadas proporcionalmente ao patrimônio líquido de cada programa.

No Programa previdencial, o item “Custeio administrativo” reflete o valor das importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo com a operacionalização de suas atividades, controladas através de centros de custo no Programa administrativo.

As transferências dos programas assistencial e de investimentos para o Programa administrativo, cuja finalidade é a cobertura das despesas administrativas relacionadas com a atividade assistencial (NUCLEOS SAÚDE), e de administração dos investimentos, são efetuadas através de contas próprias. As transferências do programa de investimentos para o assistencial são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do programa assistencial.

g. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, considerando o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para devedores duvidosos, o valor residual dos investimentos imobiliários, e as provisões para contingências e matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

4. Disponível

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$1.685 (R\$72 em 31 de dezembro de 2008), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5. Programa previdencial

As contribuições dos patrocinadores e participantes são registradas pelo regime de competência, e são compostas como se segue:

	2009	2008
Contribuições normais do mês	1.570	907
Contribuições extraordinárias	791	1.632
Contribuições sobre 13º salário	17	2
Contribuições "contratadas"	284.325	270.536
Outros realizáveis	601	649
	287.304	273.726

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	2009		2008
	INB	NUCLEP	TOTAL
Contribuições em atraso:			
Anteriores a 31 de agosto de 1988	-	8.690	8.690
Posteriores a 31 de agosto de 1988	-	17.349	17.349
Total de Contribuições em atraso	-	26.039	26.039
Contribuições "contratadas":			
Parcelas a vencer	133.605	150.720	284.325
Parcelas vencidas:			
· Contribuições previdenciárias	-	55.333	55.333
· Recursos assistenciais	-	159.749	159.749
	-	215.082	215.082
	133.605	365.802	499.407
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:			
Contribuições em atraso	-	(26.039)	(26.039)
Contribuições "contratadas" - Parcelas vencidas	-	(215.082)	(215.082)
	-	(241.121)	(241.121)
Total	133.605	150.720	284.325
			270.536

a. Contribuições em atraso

Referem-se a contribuições não recolhidas e não “contratadas”, pela patrocinadora NUCLEP, relativas aos períodos abaixo descritos:

- ▶ Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2009 é equivalente a R\$8.690 (R\$7.658 em 31 de dezembro de 2008);
- ▶ Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2009 corresponde a R\$1.951 (R\$1.719 em 31 de dezembro de 2008); e
- ▶ Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2009 são equivalentes a R\$15.398 (R\$13.569 em 31 de dezembro de 2008).

b. Contribuições “contratadas”

Registram o montante da dívida “contratada” com as patrocinadoras INB e NUCLEP, referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como se segue:

- ▶ Patrocinadora INB (parcelas a vencer)

Em maio de 2006, conforme termo de homologação em juízo, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo, que ocorreu em novembro de 2006. O montante da dívida na data da assinatura do contrato era de R\$119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acrescida de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$133.605 em 31 de dezembro de 2009 (R\$131.721 em 31 de dezembro de 2008).

- ▶ Patrocinadora NUCLEP (parcelas vencidas)

Registram o montante da dívida “contratada” com a patrocinadora NUCLEP, referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2009, equivale a R\$55.333 (R\$43.329 em 31 de dezembro de 2008); e
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2009, equivale a R\$159.749 (R\$125.091 em 31 de dezembro de 2008).

Por decisão judicial lavrada por sentença da Juíza Titular da 30ª Vara Cível da Justiça Estadual da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora NUCLEP foi condenada, em 1ª Instância, ao pagamento de sua dívida, no montante de R\$220.070, valor base em novembro de

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2006, que atualizado para novembro de 2007 era de R\$265.204.

Em 21 de novembro de 2007, conforme termo de homologação em juízo, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP. Em consequência, parte da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi revertida e refletida no resultado daquele exercício. O valor equacionado na data-base de 31 de outubro de 2007 era de R\$120.111, que atualizado pela variação do INPC acrescida de juros de 6% ao ano, monta a R\$150.720 em 31 de dezembro de 2009 (R\$138.815 em 31 de dezembro de 2008). Os pagamentos, que totalizaram em 2009 R\$2.471 começaram a ser efetuados a partir de novembro de 2009, em razão da carência de dois anos prevista no termo firmado entre as partes.

O restante da dívida, no montante de R\$145.093, ficou a ser solucionado após decisão definitiva em juízo, estando esse valor totalmente provisionado e atualizado para 31 de dezembro de 2009 no total de R\$241.121 (R\$191.366 em 31 de dezembro de 2008) como demonstrado no quadro abaixo:

	2009	2008
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	8.690	7.658
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	17.349	15.288
Contribuições contratadas - Previdencial	55.333	43.329
Contribuições contratadas - Assistencial	159.749	125.091
Total	241.121	191.366

c. Outros realizáveis

Correspondem aos valores a receber do Programa previdencial, relativos aos adiantamentos concedidos a participantes por conta de suplementação, reembolsáveis pelo INSS, cujo montante, em 31 de dezembro de 2009, equivale a R\$601 (R\$649 em 31 de dezembro de 2008).

d. Cobrança judicial

Em 16 de dezembro de 2002, a Entidade ajuizou ações de cobrança do montante de R\$147.493, relativas às contribuições em atraso, não “contratadas”, bem como aos contratos de confissão de dívida previdencial e assistencial, conforme demonstrado no quadro apresentado no início da Nota Explicativa nº 5, cujas, parcelas estão em atraso, junto às 30ª (NUCLEP) e 38ª (INB) Varas Cíveis do Rio de Janeiro.

Com relação à patrocinadora INB, foi celebrado acordo do valor total da dívida nos autos do processo de cobrança, homologado em juízo em 19 de outubro de 2006, cujos repasses são realizados mensalmente pela patrocinadora.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007 foi homologado acordo para pagamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, no montante de R\$120.111, referente à

parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o restante da dívida que já havia sido reconhecido através de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração da dívida.

6. Programa assistencial

São registrados no programa assistencial os valores correspondentes às contas a receber relativas aos planos médicos (NUCLEOS SAÚDE I e II), que foram extintos em maio de 2008. Os valores foram totalmente recebidos em 2009.

7. Programa administrativo

Registra os valores a receber correspondente às despesas futuras de adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, bem como a outros realizáveis que representam os valores a receber dos empregados relativos a vales-transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios e débitos de patrocinadoras.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

8. Programa de investimentos

	2009	%	2008	%
Renda Fixa				
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
▶ Letras Financeiras do Tesouro (série B)	1.785	0,21	2.841	0,40
Aplicações em instituições financeiras:				
▶ Certificado de depósito bancário	3.508	0,41	3.250	0,40
▶ Quotas de fundos de renda fixa e multimercado	668.287	77,58	516.803	70,00
	671.795	77,99	520.053	70,40
Títulos de empresas:				
▶ Debêntures não conversíveis	39.098	4,54	80.762	10,90
	712.678	82,74	603.656	81,70
Renda variável:				
▶ Mercado à vista - Ações	-	-	64	0,00
▶ Quotas de fundos de investimento em ações	87.332	10,14	78.261	10,60
▶ Quotas de fundos de investimento em participações	19.300	2,24	19.539	2,60
	106.632	12,38	97.864	13,20
Investimentos imobiliários:				
▶ Terreno e edificações	18.637	2,16	19.041	2,60
▶ Direitos em alienação de investimento imobiliário	1.035	0,12	1.139	0,20
	19.672	2,28	20.180	2,80
Operações com participantes:				
▶ Empréstimos	15.934	1,85	16.830	2,30
Outros realizáveis	6.455	0,75	53	0,00
Total do programa de investimento	861.371	100	738.583	100

a. Títulos de renda fixa

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, os títulos de renda fixa foram classificados como:

Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los até os seus vencimentos. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2009, em contrapartida ao resultado.

	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos públicos:		
► Letras Financeiras do Tesouro (Série B)	1.785	1.785
► Notas do Tesouro Nacional – Tipo B (*)	344.923	391.032
► Notas do Tesouro Nacional – Tipo C (*)	62.502	65.980
	409.210	458.797
Títulos privados:		
► Debêntures não conversíveis (**)	39.098	39.098
Total	448.308	497.895

(*) Referem-se a títulos que compõem a carteira dos fundos exclusivos.

(**) Instrumentos financeiros emitidos por empresas registradas na CVM.

Títulos para negociação

Nessa rubrica foram classificados todos os demais títulos que integram a carteira de renda fixa. Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das despesas diretas incorridas, e ajustados ao valor de mercado e os fundos de investimento são registrados ao custo de aquisição, ajustado pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. As diferenças entre o valor do custo corrigido e o valor de mercado são registradas diretamente no resultado do período, quando aplicável.

	Valor contábil	Valor de mercado
Aplicações em instituições financeiras:		
► Certificado de depósito bancário	3.508	3.508
Fundo de investimento em renda fixa:		
► Monazita	41	41
► Votorantim	201	201
Fundos de investimento multimercado		
► Urânia FI Multimercado	67.100	67.100
► Zircônio FI Multimercado	193.520	193.520
Total	264.370	264.370

Multimercado

Em quotas de fundos de investimento financeiro estão inseridos dois Fundos Multimercado: Zircônio e

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Urânio. Os fundos têm como objetivo buscar a valorização de suas cotas através de aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro e de capitais.

Fundos de investimento em renda fixa

Atualmente os fundos investidos são: Votorantim Institucional e Monazita.

Provisão para perdas

Em 31 de agosto de 2006 foi constituída uma provisão para perdas no valor de R\$7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, correspondente a 100% deste ativo. Esta provisão em 31 de dezembro de 2009 monta a R\$12.215 (R\$11.030 em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de agosto de 2009 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa ULBRA, correspondente a 100% deste ativo. Esta provisão em 31 de dezembro de 2009 monta a R\$16.441.

70

NUCLEOS 30 ANOS

b. Títulos de renda variável

Mercado à vista

Representado por ações negociadas em bolsa de valores, ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação de fechamento das ações no último dia de negociação na BM & BOVESPA.

Cotas de fundos de investimento em ações

Representados por recursos aplicados em fundos de ações (Titânia e Proton), valorizados pela cota do último dia útil do mês informada pelo administrador do respectivo fundo, no montante de R\$87.332 em 31 de dezembro de 2009 (R\$78.261 em 31 de dezembro de 2008).

Quotas de fundos de investimento em participações

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH

Fundo de investimento em participações:	Valor contábil	Valor de mercado
CRT FIP	15.086	15.086
Energia PCH FIP	4.214	4.214
Total	19.300	19.300

FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês informada pelo administrador do respectivo fundo. O NUCLEOS possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP, que por sua vez tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A, bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que mantinha seus investimentos basicamente em ações de empresas tais como Jurema Participações S.A., DESA Rio das Garças e Tetrahedron S.A.

Quanto ao CRT FIP, o NUCLEOS está desenquadrado em relação a Resolução CMN nº 3.792, por deter 100% das cotas desse FIP adquirida em 2003.

O NUCLEOS iniciou um processo para se enquadrar nos limites legais e em 25 de outubro de 2007, 30 de setembro de 2008 e 25 de agosto de 2009, a Entidade realizou ofertas públicas, através leilões eletrônicos da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.), com o objetivo de vender 80 cotas do fundo CRT FIP. Apesar de ampla divulgação, não houve interessados. Em 6 de dezembro de 2007, a Entidade encaminhou à Secretaria de Previdência Complementar a correspondência PR nº 227/2007, solicitando, em caráter especial, a aprovação para um plano de enquadramento de forma a atender aos limites da legislação vigente. Até o momento a SPC ainda não se pronunciou.

c. Investimentos imobiliários

Estão registrados pelo valor reavaliado, revisto a cada três anos, como determina a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações.

Estão registrados pelo valor reavaliado, revisto a cada três anos, como determina a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações.

No exercício de 2008, a Entidade promoveu a reavaliação da carteira de investimentos imobiliários, tendo apurado, conforme quadro abaixo, variação positiva de R\$4.720, registrada em conta de resultado:

Imóvel	Data-base	Registro contábil	Resultado da reavaliação	Valores reavaliados
Rua Real Grandeza, 301	01/2008	02/2008	625	4.945
Rua General Polidoro, 316	01/2008	02/2008	207	5.984
Rua Mena Barreto, 161	01/2008	02/2008	1.098	7.685
Praia do Flamengo, 200 - 7º	04/2008	06/2008	2.280	5.200
Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º	04/2008	06/2008	510	1.440
Total			4.720	25.254

Todos os laudos foram elaborados, considerando o Nível III de precisão e fundamentação, pela empresa APSIS Consultoria Empresarial Ltda., e os procedimentos técnicos empregados estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em 6 de agosto de 2008, a Entidade procedeu à venda dos imóveis da Rua General Polidoro, 316 e Rua Real Grandeza, 301, apurando um resultado contábil líquido de R\$1.822. Em 29 de setembro de 2008, a Entidade realizou a compra do imóvel localizado na Rua Victor Civita, nº 66 Bloco 1 - Sala 502 - 5º Pavimento - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, no valor de R\$4.587, que somados os custos de ITBI e escritura, monta o total de R\$4.682.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Direito em alienação de investimento imobiliário.

Shopping Light

Em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo, o NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$1.790, mediante o recebimento de R\$675 à vista e o restante em seis parcelas de R\$170 e uma de R\$95, vencíveis anualmente e reajustáveis pela variação do INPC + 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo a receber monta a R\$1.035 (R\$ 1.139 em 31 de dezembro de 2008).

d. Operações com participantes

Apresentam o montante dos empréstimos simples concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do "mínimo atuarial" (rentabilidade mínima dos ativos da Entidade), INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determina os dispositivos da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, e com cláusula de atualização monetária pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos assinados até dezembro de 2001.

De acordo com o artigo 40, da Resolução CMN 3.792/2009, o limite para as operações com participantes é de 15% em relação aos recursos garantidores. Em dezembro de 2009, o referido percentual corresponde a 1,85% (2,28% em dezembro de 2009).

e. Outros realizáveis

	2009	2008
RET	33	33
Instituição sob intervenção	20	20
IOF a Recuperar	6.402	-
Total	6.455	53

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Instituição sob intervenção - Refere-se a valor depositado junto ao Banco Santos.

IOF a recuperar - Referente à restituição do IOF criado pela Lei 8.033 de 10/04/1990 objeto de Ação Ordinária de Restituição de Indébito a ser pago em 10 parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007.

9. Permanente

Contempla os bens utilizados no desempenho da atividade social do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses ítems, fixadas por espécie de bens, sendo: móveis e utensílios - 10%; máquinas e equipamentos - 10%; e aparelho de som e imagem - 15%, de acordo com a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores. O dferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Ativo permanente	31/12/2008	Depreciação/ amortização	Entradas	Saídas	31/12/2009
Imobilizado:					
► Móveis e utensílios	52	4	44	(27)	73
► Máquinas e equipamentos	132	34	676	(478)	364
► Aparelho de som e imagem	11	(1)	1	-	11
Total imobilizado	195	37	721	(505)	448
Diferido	40	(26)	130	-	144
Total	235	11	851	(505)	592



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

10. Exigível contingencial

a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada possível ou provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a Entidade é parte. As provisões para contingências e seus respectivos depósitos judiciais são como se segue:

	2009	2008
Programa previdencial:		
► Contingência	2.873	9.592
► (-) Depósito judicial	(542)	(463)
	2.331	9.129
Programa assistencial:		
► Contingência	-	49
Programa administrativo:		
► Contingência	111	91
► (-) Depósito judicial	(41)	(91)
	70	-
Programa investimentos:		
► Contingência	12.050	4.523
► (-) Depósito judicial	(4.368)	(4.221)
	7.682	302
Total	10.083	9.480

b. Contingências ativas

A Entidade possui duas contingências ativas, não registradas, relativas a ações contra ex-dirigentes, e contra a União e o BACEN.

Ações contra ex-dirigentes

Atendendo à determinação do Conselho Deliberativo, a Administração contratou empresa especializada para realização de auditoria nas operações de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, títulos esses adquiridos pela Diretoria Executiva anterior, na gestão de agosto de 2003 a agosto de 2005. Este trabalho constatou, em valores da época, uma perda estimada de R\$25.696 (R\$22.728 em títulos públicos e R\$2.968 em debêntures).

Objetivando obter resarcimento pelos prejuízos causados, o NUCLEOS, inicialmente, ajuizou medida cautelar inominada (processo nº 2005.51.01.024956-0) com o objetivo de: (i) obter a indisponibilidade dos bens dos réus; (ii) proceder à constituição antecipada de provas; e (iii) impedir a intervenção pela Secretaria de Previdência Complementar da Entidade. Essa medida cautelar visou também

a garantir o objeto da ação indenizatória contra os ex-dirigentes e a ex-gerente financeira (processo nº 2006.51.01.001.018-0), que tramitou perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro e foi aforada para a 13ª Vara Cível da Justiça Estadual (processo nº 2006.001.141853-9). Além dessas ações, o NUCLEOS propôs ação indenizatória junto à 45ª Vara Cível da Justiça Estadual, contra os mesmos réus, pela aquisição das debêntures da empresa Têxtil Renaux (processo nº 2006.001.141611-7). Dando prosseguimento às ações contra os ex-dirigentes, o NUCLEOS apresentou notícia crime à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, que, por sua vez, requisitou à Superintendência da Polícia Federal a instauração de inquérito policial.

Ações contra a União e o BACEN

No exercício de 2005, a Entidade obteve êxito na ação contra a União e o BACEN, na qual pleiteia a reposição de perdas inflacionárias ocasionadas pelo Plano Verão. Em 4 de julho de 2007, o NUCLEOS iniciou execução do processo, apresentando os cálculos de liquidação de sentença, que montam a R\$4.768 (valor histórico). Citado, o BACEN se opôs à cobrança, alegando que o valor devido é R\$4.523 (valor histórico). Em decisão primária, os embargos à execução opostos pela União foram acolhidos. Atualmente, encontra-se pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal o recurso interposto pelo NUCLEOS.

11. Exigível atuarial

O exigível atuarial demonstra o total do patrimônio constituído pelos planos de benefícios em função dos compromissos atuais e futuros com seus participantes.

	2009	2008
Provisões matemáticas:		
▶ Benefícios concedidos:		
· Benefícios do plano	266.194	216.432
▶ Benefícios a conceder:		
· Benefícios do plano com a geração atual	1.159.276	1.018.416
· Outras contribuições da geração atual	(128.455)	(123.943)
	1.030.821	894.473
Provisões matemáticas a constituir:		
▶ Serviço passado	(60.968)	(62.397)
Total	1.236.047	1.048.508

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

a. Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

Benefícios concedidos

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Benefícios a conceder

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Provisões matemáticas a constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do Plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano.

O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

b. Premissas e hipóteses atuariais

Tábua de mortalidade

Na avaliação atuarial elaborada em 2005 ficou definida, para os participantes em atividade, a migração da tábua biométrica GAM-71 para AT-2000, tendo em vista que os testes estatísticos apontaram esta última como sendo mais aderente ao comportamento da expectativa de vida dos participantes do NUCLEOS. O impacto causado pela alteração da tábua biométrica foi absorvido gradativamente no período de 2005 a 2009, tendo sido de R\$ 18 milhões o valor relativo ao ano de 2009.

Na avaliação atuarial de 2009, o NUCLEOS atingiu a meta de migração, tendo sido adotada a tábua AT-2000 tanto para os participantes em atividade quanto para os assistidos.

Para os participantes assistidos foi adotada a tábua AT-2000 desde 2005.

Crescimento real de salários

Em 2009, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, o NUCLEOS encaminhou carta para cada uma das patrocinadoras, solicitando pronunciamento a respeito das premissas atuariais. As patrocinadoras ELETRONUCLEAR, INB e NUCLEP, com base na Resolução CCE No 09/96, julgam ser mais apropriado para os próximos exercícios adotar a taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos e promoções). Para a patrocinadora NUCLEOS, por

não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.

12. Reservas e fundos

a. Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	2009	2008
Resultados realizados:		
► Até o exercício anterior	(49.370)	-
► No exercício atual	(50.392)	(49.370)
Déficit técnico acumulado	(99.762)	(49.370)

O resultado realizado, no exercício atual, pode ser assim apresentado:

	2009	2008
Resultado positivo do programa previdencial	33.607	38.450
Resultado positivo do programa de investimentos	106.523	13.612
Custeio administrativo	(4.552)	(4.496)
Saldo disponível para constituição	135.578	47.566
Reversão/(Constituição) de contingências	1.569	(4.500)
Constituição de provisões atuariais	(187.539)	(149.694)
Formação de fundos previdenciais	-	57.258
	(185.970)	(96.936)
Déficit técnico do ano	(50.392)	(49.370)

A Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 estabelece que, no caso de déficit atuarial, após o levantamento das demonstrações contábeis e da avaliação atuarial relativas ao exercício imediatamente subsequente à apuração inicial do resultado deficitário, a Entidade deve promover o imediato equacionamento do déficit mediante a revisão do plano de benefícios.

A Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda. (Towers), atuário do NUCLEOS, recomendou em seu parecer atuarial datado de 5 de fevereiro de 2010, que a Entidade promovesse a revisão das contribuições das patrocinadores, participantes e assistidos, de forma a equacionar o referido déficit. Entretanto, neste mesmo parecer atuarial, a Towers menciona a discussão judicial relativa à dívida da patrocinadora NUCLEP, já mencionada na Nota Explicativa nº 5b, como uma alternativa possível de equacionamento do déficit atuarial do NUCLEOS. A Towers sugere ao NUCLEOS que mantenha os percentuais de contribuição atuais até novembro de 2010, quando espera-se que já haja uma definição quanto à referida

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

discussão judicial. Caso contrário, a partir de dezembro de 2010 o NUCLEOS deveria rever seu atual plano de custeio. De posse desta orientação, o Conselho Deliberativo do NUCLEOS decidiu manter a taxa de custeio das Patrocinadoras no mesmo patamar do exercício de 2009, ou seja, 8,25%. A diferença (0,5%) entre a taxa recalculada pela empresa de consultoria atuarial (7,75%) e a do exercício de 2009 (8,25%) será destinada ao início do equacionamento do déficit apontado. Já as contribuições cobradas dos participantes ativos e assistidos não sofrerão alteração, em princípio, até o mês de novembro de 2010.

Caso não esteja finalizado o processo judicial movido contra a NUCLEP até novembro de 2010, em dezembro de 2010, as taxas para o equacionamento do déficit serão distribuídas como se segue: Patrocinadoras 2,10% (devendo ser observada a compensação da diferença recolhida de janeiro a novembro de 2010); Assistidos que não recebem abono, inclusive pensionistas: 3,08%; Assistidos que recebem abono: 11,08%; Ativos (1^a faixa salarial) 2,31%; Ativos (2^a faixa salarial) 1,08%; Ativos (3^a faixa salarial) 8,63%.

b. Fundos

Os fundos constituídos apresentavam os seguintes saldos:

	2009	2008
Fundo assistencial	-	580
Fundo administrativo	3.097	1.983
Fundo de investimentos	564	593
Total	3.661	3.156

Fundo assistencial

O Fundo assistencial é constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado do Programa assistencial, com a finalidade de suprir eventuals necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais.

Fundo administrativo

O Fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do Programa administrativo, com a finalidade de suprir eventuals necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

Fundo de investimentos

O Fundo de investimentos é constituído pelos valores cobrados a título da taxa de risco nas prestações e pela taxa de renovação, como fundo de cobertura para quitação de empréstimos, com a finalidade de cobrir a quitação por morte, na concessão de empréstimos aos participantes e pensionistas.

13. Transferências interprogramas

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultado para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os programas previdencial, assistencial, administrativo e de investimentos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações.

14. Custeio administrativo

De acordo com o plano de custeio anual estabelecido na avaliação atuarial, as despesas administrativas do programa previdencial serão cobertas pelo percentual de 15% das contribuições das patrocinadoras e dos participantes e assistidos, percentual máximo previsto na Resolução MPAS nº 01/78. As despesas com os programas: assistencial e de investimentos, são cobertas por receitas originadas nos respectivos programas.

As despesas administrativas são apropriadas nos respectivos programas (previdencial, assistencial e investimentos) de acordo com os critérios de rateio definidos em função do esforço de trabalho das áreas envolvidas, que são estabelecidos no orçamento anual, e aprovados pelo Conselho Deliberativo, que considera os recursos necessários para execução das atividades.

O quadro abaixo, com a posição em 31 de dezembro, demonstra a alocação das despesas administrativas por programa:

	2009	2008
Previdencial	3.621	3.087
Assistencial	326	846
Investimentos	4.052	4.116
Total	7.999	8.049

15. Evento subsequente

Em 1º de janeiro de 2010, entrou em vigor a Resolução CGPC Nº 28 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. A referida resolução implementa nova planificação contábil padrão, modelos de preenchimento das demonstrações financeiras e normas gerais dos procedimentos contábeis. Em atendimento a nova legislação o Nucleos já está com o novo plano de contas pronto, assim como o

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). A Administração não identificou mudanças significativas pela adoção desta nova planificação ou potenciais impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Norman Victor Walter Hime

Presidente

Luiz Claudio Levy Cardoso

Diretor Financeiro

Mário Jorge de Lima Soares

Diretor de Benefícios

Contador

Marcos Augusto Ferreira de Lima

CRC Nº 090.623/O-2 - RJ

PARECERES



Angra II - Eletronuclear

Minação de urânio - o minério com urânio em destaque - Marcelo Correa

PARECERES

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadores do
NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro – RJ

1.Examinamos os balanços patrimoniais do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2.Exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3.Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11b, na avaliação atuarial processada no exercício de 2005, consoante as normas estabelecidas pela Resolução CGPC nº 11/2002 e pela Lei Complementar nº 109/2001, deu-se continuidade ao processo de transição da tábua de mortalidade GAM-71, utilizada até 2004, para a tábua AT-2000. Os efeitos causados pela mudança de tábua estão sendo aplicados gradativamente desde o exercício de 2005, distribuindo o impacto sobre as provisões matemáticas até o exercício de 2009. No caso dos participantes ativos a Entidade passou a utilizar a tábua AT-2000 no exercício 2009, o que representou um impacto sobre as provisões matemáticas de, aproximadamente, R\$ 18 milhões. Em 2008, as provisões matemáticas relativas aos participantes ativos foram constituídas com base na tábua AT-83, sendo que a Administração estimava, com base em estudos técnicos fornecidos por seus atuários independentes, que a utilização da tábua AT-2000 para os participantes ativos já em 2008 representaria um acréscimo nas provisões matemáticas de, aproximadamente, R\$ 18 milhões. Além disso, a adoção gradativa da tábua AT-2000 acarretou em um impacto sobre as provisões matemáticas nos resultados dos exercícios de 2009 e de 2008 que deveria ter sido reconhecido em 2005, e que não nos foi possível quantificar.

4.Em nossa opinião, excetos pelos possíveis efeitos da adoção gradativa da tábua AT-2000 nos resultados dos exercícios de 2009 e 2008, e da utilização dessa mesma tábua nas provisões matemáticas dos participantes ativos em 31 de dezembro de 2008, mencionados no terceiro parágrafo, as demonstrações contábeis acima representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações e seus fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5.0 NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social incorreu em déficits nos exercícios de 2008 e 2009. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12a. a Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, estabelece que no segundo exercício apresentando déficit, a Entidade deve promover o seu imediato equacionamento mediante a revisão do plano de benefícios. No entanto, a Entidade decidiu aguardar até novembro de 2010, quando espera ter o desfecho da ação judicial movida contra um dos seus patrocinadores (NUCLEP), que monta a R\$241 milhões. A Entidade depende fundamentalmente do desfecho favorável desta lide para não ter que rever seu atual plano de custeio.

6.Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, o Instituto registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$241 milhões (R\$191 milhões em 2008) sobre recebíveis de sua patrocinadora NUCLEP.

7.Conforme mencionado Nota Explicativa nº 10b, em 2005, o Instituto ajuizou ação judicial contra os administradores da gestão de agosto de 2003 a agosto de 2005, visando a recuperação de prejuízos em investimentos em títulos públicos federais e debêntures no montante estimado de R\$25 milhões, conforme apurado em trabalho realizado por empresa especializada.

15 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-14428/0-6 F-RJ

PARECERES

Parecer Atuarial

Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS Instituto de Seguridade Social, a Towers Perrin apresenta neste Parecer Atuarial os resultados da avaliação referente ao exercício de 2009.

Os arquivos de dados, posicionados em 31 de julho de 2009, disponibilizado pela entidade, após a análise detalhada da Towers Perrin e correções feitas pela entidade, foram considerados suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente do Instituto e de suas patrocinadoras através dos seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

84

NUCLEOS 30 ANOS

As patrocinadoras Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB, Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados, sendo considerada a solidariedade de custos entre todas as empresas.

A avaliação à qual se refere esse parecer reflete o regulamento do Plano Básico de Benefícios aprovado pela Portaria SPC nº 1.428, de 15 de agosto de 2007.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é de 2.865, sendo 2.315 do sexo masculino e 550 do feminino. A idade média dos participantes ativos é de 43 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, é de 14,3 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 681, sendo 599 válidos e 82 inválidos. O total de participantes em gozo de auxílio doença há mais de 2 anos é igual a 33. O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 189.

II – Hipóteses Biométricas e Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de

interação entre a Towers Perrin e o NUCLEOS e contam com o aval das patrocinadoras do Instituto conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Financeiras

- | | |
|--|------------|
| ▶ Taxa real anual de juro: | 6% a.a. |
| ▶ Projeção do crescimento real de salário: | 2,01% a.a. |
| ▶ Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos Salários, Benefícios do Plano e do INSS: | 98,01% |

Hipóteses Biométricas

- | | |
|---------------------------------------|--|
| ▶ Tábuas de Mortalidade Geral: | AT-2000 segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10% |
| ▶ Tábuas de Mortalidade de Inválidos: | AT-1949 segregada por sexo, agravada em 100% |
| ▶ Tábuas de Entrada de Invalides: | Álvaro Vindas |
| ▶ Tábuas de Rotatividade: | Para todas as idades até 47 anos a taxa utilizada foi de 1% ao ano para as patrocinadoras INB, ELETRONUCLEAR e NUCLEP e de 5% ao ano para o NUCLEOS. A partir de 48 anos foi adotada a rotatividade nula para todas as empresas. |

A seguir a Towers Perrin tece alguns comentários sobre as principais hipóteses adotadas. Um importante aspecto, que sempre precisa ser levado em consideração, é que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento e sua economia está sempre sujeita a alterações em função de fatores internos e externos que não podemos prever no momento. Dessa forma, o conjunto de hipóteses atuariais deve periodicamente ser revisto para melhor se adequar ao momento econômico do Brasil.

A fixação dessas hipóteses e métodos observou o critério de imparcialidade e objetivou a obtenção da melhor estimativa dos eventos futuros relacionados com os benefícios avaliados, conforme requerido pelos princípios atuariais geralmente aceitos.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios, deveria ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Os títulos públicos de longo prazo que mais se aproximam dessas características no mercado financeiro são os NTN-Bs indexados ao IPCA. As taxas desses títulos públicos (NTN-B) apontam,

PARECERES

no longo prazo, para uma taxa em torno de 6,50%a.a.. Porém, devido à imposição legal essa taxa deve ser no máximo igual a 6,0%a.a..

Projeção do crescimento real de salário

Conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, o NUCLEOS encaminhou carta para cada uma das patrocinadoras, solicitando pronunciamento a respeito das premissas atuariais.

As patrocinadoras ELETRONUCLEAR, INB e NUCLEP, com base na Resolução CCE Nº 09/96, recomendaram a adoção, para os próximos exercícios, da taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos por promoções).

Para a patrocinadora NUCLEOS, por não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.

86
NUCLEOS 30 ANOS | Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período de 12 meses.

Para a avaliação atuarial do NUCLEOS foi considerada a taxa de inflação 4,5% e um reajuste anual de benefícios e de salários, o que resultou em um fator de 98,01%. Isto significa que, na média, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios em torno de 2%. A expectativa de inflação de 4,5% para o ano de 2010 está alinhada às metas estabelecidas pelo Banco Central.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A sua utilização dessas tábuas deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de participantes do NUCLEOS.

Dando continuidade à programação estabelecida no plano de custeio do NUCLEOS no ano de 2005, que consiste na migração da tábua GAM-71 para a AT-2000 tanto para ativos quanto para assistidos na avaliação atuarial de 2009, o NUCLEOS atingiu a meta, adotando na presente avaliação a tábua AT-2000 também para os empregados ativos.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- ▶ Regime Financeiro: Regime de Capitalização
- ▶ Método Atuarial: Método Agregado

Índice de Reajuste dos Benefícios

Os benefícios concedidos serão atualizados nas mesmas épocas e pelos mesmos índices de reajuste do INSS.

III – Apuração do Patrimônio

Com base no Balanço do NUCLEOS, em 31 de dezembro de 2009, o Ativo Líquido dos Exigíveis do Plano Básico de Benefícios foi apurado conforme a seguir indicado:

		Valores em R\$
Ativo Bruto	1.151.140.601,97	
Exigíveis	(11.194.620,18)	
► Operacional	(1.111.369,46)	
► Contingencial	(10.083.250,72)	
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.139.945.981,79	

Cabe ressaltar que a Towers Perrin não efetuou qualquer análise sobre a qualidade do Ativo Líquido do plano ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo NUCLEOS.

IV – Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, nas hipóteses biométricas e atuariais, no método atuarial agregado e no Ativo Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos do plano, em 31 de dezembro de 2009, é a seguinte:

		Valores em R\$
Exigível Atuarial	1.139.945.981,79	
Provisões Matemáticas	1.136.285.477,28	
► Benefícios Concedidos	266.193.741,93	
► Benefícios a Conceder	1.030.821.572,43	
► Provisão Matemática a Constituir	(160.729.837,08)	
► Serviço Passado	(60.968.019,47)	
► Déficit Equacionado	(99.761.817,61)	
Reservas e Fundos	3.660.504,51	
► Fundos	3.660.504,51	
► Administrativo	3.096.793,55	
► Investimentos	563.710,96	

PARECERES

V – Plano de Custeio

Para atender ao disposto no artigo 18⁽¹⁾ da Lei Complementar 109, de 29/05/01, as taxas de custeio dos participantes e patrocinadoras devem ser revistas anualmente de forma a garantir o equilíbrio do plano de benefícios. Os critérios para este cálculo foram estabelecidos respeitando a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

⁽¹⁾ Art. 18. O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.(...)

Adicionalmente, o artigo 19 da Lei Complementar 109/2001 classifica as taxas de custeio em:

- ▶ **Normal:** destinadas ao custeio dos benefícios previstos no plano
- ▶ **Extraordinárias:** destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

Taxas de contribuição normal e para cobertura do Serviço Passado

Conforme orientação da Towers Perrin em 2008, a taxa para cobertura do Serviço Passado deve ser recalculada a cada ano considerando o prazo remanescente, sendo esse prazo em julho de 2009 de 11,4 anos, com previsão de término em novembro de 2020. Com base nesse recálculo, a prestação mensal passa a ser de 3,87% da folha de salários dos participantes.

Por outro lado, o artigo 18 da Lei Complementar 109/2001, exige o recálculo do custo normal que é a taxa destinada ao custeio dos benefícios previstos no plano.

Recalculando atuarialmente a taxa de custo normal, o plano de custeio a ser adotado em 2010 passa a ser constituído da seguinte forma:

Contribuições	Plano de Custeio Ano 2009 (%)
A- Patrocinadora (A.1 + A.2)	7,75%
▶ A.1 - Custo Normal	3,88%
▶ A.2 - Extraordinária	3,87%
B - Participantes Ativos	3,88%
C - Participantes Assistidos	8,00%

(*) A – Incidente sobre a folha de salários dos participantes;
B – Taxa obtida com base no artigo 68 do Capítulo XI – Disposições Provisórias do Regulamento do Plano;
C – Incidente sobre os benefícios dos assistidos.

Assim, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 e com base na avaliação atuarial posicionada em 31 de julho de 2009, a patrocinadora deverá efetuar, durante o ano de 2010, as contribuições equivalentes a 7,75% da folha de salários dos participantes, sendo 3,88% correspondente ao custo normal, e 3,87% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado.

A contribuição dos participantes ativos, definida de acordo com o artigo 68 do Regulamento do Plano, foi estimada em aproximadamente 3,88% da folha de salários de participantes. A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem Abono, foi mantida em 8% do valor do benefício, conforme adotada nos anos anteriores.

Das receitas de contribuição normal e para cobertura do serviço passado das patrocinadoras, dos participantes e assistidos deverá ser descontada a taxa de 15% para cobertura das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do autopatrocínio assumem cumulativamente as contribuições de participante e de patrocinadora previstas no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, inclusive aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) devem assumir o pagamento dos custos administrativos e cobertura de morte e invalidez, nos casos em que fizerem opção por estas coberturas. Com relação aos custos administrativos, no ano de 2009 o Conselho Deliberativo do NUCLEOS, conforme determina o § 9º do Artigo 40 decidiu que a referida cobrança seria a mesma adotada para o ano de 2008, qual seja calcular o valor da contribuição hipotética como se o participante optante pelo BPD fosse um participante ativo, adotando as regras previstas no artigo 68 no Regulamento do PBB, e cobrar 15% desse valor a título de custeio para cobertura dos gastos administrativos. Considerando que a Towers Perrin não vislumbra óbices em adotar esta mesma cobrança para o Plano de Custeio de 2010, o Conselho Deliberativo decidiu manter para 2010 a mesma forma de cobrança adotada em 2009.

Quanto à cobertura de morte e invalidez, no ano de 2009 o Conselho Deliberativo do NUCLEOS, conforme determina o § 10 do Artigo 40, decidiu cobrar a taxa informada no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). Esses percentuais incidirão sobre o salário-de-participação, calculado pela mesma metodologia adotada no cálculo do salário-de-participação dos autopatrocinados. Considerando que a Towers Perrin não vislumbra óbices em adotar esta mesma cobrança para o Plano de Custeio de 2010, o Conselho Deliberativo decidiu manter para 2010 a mesma forma de cobrança adotada em 2009.

Taxa de contribuição para o equacionamento do déficit

Devido à ocorrência de déficit em 31 de dezembro de 2009, a Resolução CGPC nº 26, em 29/09/2008 estabelece que:

PARECERES

- ▶ A ocorrência de déficit por dois exercícios consecutivos, o mesmo deverá ser imediatamente equacionado, independente do seu valor e das causas que o originaram;
- ▶ O déficit deve ser equacionado entre os participantes, assistidos e patrocinadores, na proporção das contribuições normais vertidas para o plano no exercício em que foi apurado o resultado;
- ▶ O equacionamento do déficit deve aguardar o encerramento do resultado do exercício (31/12/2009).

Para o equacionamento do déficit, a Towers Perrin calculou a distribuição do custeio conforme disposto na Resolução CGPC nº 26 e obteve os seguintes percentuais:

Patrocinadora:

Contribuições	Plano de Custeio antes do equacionamento do déficit Ano 2009	Plano de Custeio após o equacionamento do déficit Ano 2009
A - Patrocinadora (A.1 + A.3)	7,75%	9,85%
▶ A.1 - Custo Normal	3,88%	3,88%
▶ A.2 - Extraordinária	3,87%	3,87%
▶ A.3 - Custeio do déficit	-	2,10%

Participantes Ativos:

Faixa Salarial	Percentuais definidos no Regulamento	Novos percentuais incluindo o equacionamento do déficit
Sobre o salário de participação	1,50%	2,31%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do maior salário de benefício do INSS	0,70%	1,08%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o maior salário de benefício do INSS	5,60%	8,63%

Assistidos:

Contribuição	Assistidos	Percentual adotado em anos anteriores	Novos percentuais incluindo o equacionamento do déficit
Percentual sobre o Benefício	Assistidos que recebem abono	8,00%	11,08%
	Assistidos que não recebem abono, inclusive pensionistas	-	3,08%

O prazo para amortização da Provisão Matemática a Constituir do Déficit Equacionado é 14,2 anos contado em julho de 2009. Esse prazo corresponde ao serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício esperado de aposentadoria por tempo de contribuição.

A princípio, a Towers Perrin recomenda que tanto as patrocinadoras quanto os participantes e assistidos contribuam com o plano de custeio incluindo o pagamento do equacionamento do déficit no período de abril/2010 a março/2011. Porém, considerando que:

- ▶ a existência do processo nº 2002.001.153437-3 de Ação de Cobrança movida pelo NUCLEOS contra a patrocinadora NUCLEP, cuja sentença em 12/07/2007 condenou a NUCLEP a pagar ao NUCLEOS a quantia de R\$220.070.874,10;
- ▶ a discussão tão somente gira em torno do procedimentos de atualização do valor devido pela NUCLEP, pois a mesma sempre reconheceu a existência da dívida;
- ▶ em 17/12/2008 foi exigida a realização de nova perícia para identificar o procedimento mais adequado de atualização da dívida da NUCLEP, sendo perito nomeado em 18/05/2009, e em 02/06/2009 os autos foram conclusos ao desembargador;
- ▶ segundo os advogados do NUCLEOS, Maiomoni Advogados Associados, novembro de 2010 é um prazo factível para a conclusão do processo.

A Towers Perrin não vislumbra óbices que as patrocinadoras, os participantes e os assistidos contribuam no período de abril de 2010 até novembro de 2010 com base no plano de custeio sem considerar o pagamento para o equacionamento do déficit. Na hipótese de não conclusão do processo até essa data, a partir de dezembro de 2010, o plano de custeio deverá prever as contribuições para o equacionamento do déficit ficando mantido esse custeio até março de 2011. No entanto, por decisão do Conselho Deliberativo do NUCLEOS, a taxa de custeio das patrocinadoras, período de abril a novembro de 2010, será mantida no mesmo patamar de 2009, ou seja, 8,25% incidente sobre a folha de salários dos participantes. A diferença de 0,5% entre a taxa avaliada (7,75%) e a do exercício 2009 (8,25%) será destinada à amortização da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado.

PARECERES

O NUCLEOS tem disponível, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, Parecer Jurídico que respalda o adiamento do pagamento do equacionamento do déficit em que o Maimoni Advogados Associados manifesta sua opinião sobre a remota possibilidade de perda, bem como a estimativa de conclusão do processo até novembro de 2010.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 2010

Parecer do Conselho Fiscal

Emitido na 48^a reunião do Conselho Fiscal

Realizada em 24 de março de 2010.

O Conselho Fiscal do Nucleos Instituto de Seguridade Social, após exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2009, apoiado ainda no parecer da KPMG Auditores Independentes, é de opinião que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2009, estando as mesmas em condições de merecerem a deliberação por parte do Conselho Deliberativo, exceto quanto ao valor de R\$ 5.373.389,50, relativo à verba sucumbencial no processo movido em face da Ulbra - Universidade Luterana do Brasil, que está provisionado de forma conservadora, em virtude do fato de que a mesma foi feita com base no valor total da causa e não no valor proporcional ao investimento do Nucleos.

Luiz Henrique Finkel

Presidente

Gilberto da Silva Campos

Membro Titular

Elisabeth Taveira Ramos

Membro Titular

Manifestação do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 151^a Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2010, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 35 do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou, por unanimidade, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos Financeiros, a composição do Passivo Atuarial e as Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, observando-se, todavia, os registros do Conselho Fiscal em seu parecer emitido na 48^a Reunião realizada no dia 24 de março de 2010.

Baseado nas análises procedidas por KPMG Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal e as explicações/justificativas prestadas pelo Diretor Financeiro e o contador do NUCLEOS, foi verificado que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados e dos Fluxos Financeiros, Composição do Passivo Atuarial e nas Notas Explicativas representam contabilmente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2009.

Com relação à observação apontada pelo Conselho Fiscal em seu Parecer, quanto ao provisionamento de forma conservadora relativo à verba sucumbencial referente ao processo judicial movido em face da ULBRA-Universidade Luterana do Brasil, este Conselho considera correto o procedimento adotado nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2009, o que faz com lastro nos Princípios Fundamentais de Contabilidade em observância à Convenção do Conservadorismo, não observando procedência técnica na ressalva contida no referido parecer.

Maria Aparecida da Silva
Presidente do Conselho

Ronaldo Walter Carvalho de Oliveira
Conselheiro Titular

Maria Cristina Gomes
Conselheiro Titular

Paulo César da Rocha Dantas
Conselheiro Titular

José de Mello Vilella
Conselheiro Titular

Paulo Sérgio Poggian
Conselheiro Titular

Agradecemos aos profissionais que gentilmente contribuíram com a pesquisa e cessão de fotografias, tornando nosso Relatório Anual mais rico e belo com as imagens das nossas patrocinadoras.

- **Isabel Pereira Coutinho**
- **Lourdes Lima Daou Vidal**
Coordenação de Comunicação e Segurança, Eletronuclear

- **Maria Aparecida da Silva**
- **Erika Bulgarelli**
- **Pablo Henrique Felix Ventura**
Gerência de Planejamento e Comunicação Corporativa, Nuclep

- **Lúcia Helena Aguiar**
- **Bruna Santos**
Coordenação de Comunicação Corporativa, INB



Expediente:

Relatório Anual do Nucleos - Instituto de Seguridade Social

Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º andar - Centro - 20011-040

Rio de Janeiro - RJ - www.nucleos.com.br

Coordenação: Gerência de Controles Internos, Comunicação e Tecnologia - CGT

Tiragem: 4.300 exemplares

Projeto Gráfico e Design: Scriptorio Comunicação

Jornalista Responsável: Ricardo Largman - Reg. MTB 18.288



Este relatório foi produzido com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.

Faça a escolha certa ao contratar o Sistema de Previdência para a sua entidade.



Sysprev
Web

O Sistema corporativo de Previdência completo que reúne funcionalidade, tecnologia de ponta e atendimento especializado para instituições de Previdência.



PREVIDENCIÁRIO



ADMINISTRATIVO



INVESTIMENTO



ASSISTENCIAL



CALL CENTER



OBRIGAÇÕES



FERRAMENTAS

**SEJA UM PARCEIRO DA MESTRA E GARANTA OS
MELHORES RESULTADOS NA GESTÃO DA SUA ENTIDADE.**

Mestra
informática

A excelência é nosso norte.

Votorantim Asset. Entre as melhores no ranking Melhores Fundos para Institucional.



A presente instituição
adere ao Código ANBID
de Regulação e Melhores
Práticas para os Fundos
de Investimento



Com foco na excelência de gestão, contando com uma equipe de profissionais dedicada e especializada na administração e prestação de serviços aos Investidores Institucionais, a VAM reafirma o compromisso em oferecer o seu melhor para alcançar os seus objetivos! A prova disso está nos 5 fundos classificados como "Excelentes" no ranking Melhores Fundos para Institucional, elaborado pela Luz Engenharia.



www.vam.com.br - Tel. (11) 5171-5008 - vam-institucionais@vam.com.br

O ranking dos Melhores Fundos para Institucionais foi publicado na Revista Investidor Institucional, edição 213, de março/2010 e preparado pela Luz Engenharia. Nesta edição encontra-se toda metodologia utilizada para a classificação dos fundos voltados para os clientes institucionais que apresentaram os melhores desempenhos nos últimos 12 meses, encerrados em 31 de dezembro de 2009. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do Fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. É recomendada leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos. SAC – atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana: 0800 728 0083 e 0800 701 8661 (deficientes auditivos e de fala) ou pelo e-mail: sac@bancovotorantim.com.br. Ouvidoria – de segunda a sexta, das 09h00 às 18h00: 0800 707 0083 e 0800 701 8661 (deficientes auditivos e de fala).